Lisbon School of Economics & Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

INTEGRAÇÃO E MOBILIDADE MIGRANTE: A COMUNIDADE NEPALESA EM LISBOA

CAROLINA MALATO REIS MIDÕES DOS SANTOS

ORIENTADORA:
PROFESSORA DOUTORA DANIELA MOURÃO CRAVEIRO

JUNHO - 2026

"Cada um de nós é uma soma. Tem sangue do nativo e do migrante; do europeu e do africano; do branco e do negro; e de todas as outras cores humanas. Somos descendentes do escravo e do senhor que o escravizou; filhos do pirata e do que foi roubado; mistura daquele que punia até à morte e do misericordioso que lhe limpava as feridas."

(Lídia Jorge, 2025)

GLOSSÁRIO

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo

INE – Instituto Nacional de Estatística

NIALP – Nepalese Intercultural Association Lisboa Portugal

NRNA – Non-Resident Nepali Association

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

RESUMO

O crescimento recente da imigração proveniente do Sul da Ásia tem contribuído para a diversificação dos fluxos migratórios em Portugal, destacando-se a comunidade nepalesa como uma das que mais cresceu na última década. Neste contexto, a presente dissertação analisa os processos de integração social da comunidade nepalesa no município de Lisboa, procurando compreender de que forma as estruturas locais de acolhimento influenciam os seus percursos de integração.

Com base na análise de dados estatísticos, questionários, entrevistas semiestruturadas e observação informal, os resultados demonstram que a comunidade nepalesa apresenta níveis relativamente elevados de integração económica, apesar da persistência de vulnerabilidades habitacionais e dificuldades associadas aos processos de regularização documental. Paralelamente, evidenciou-se a importância das redes comunitárias no acesso ao emprego, à habitação, à informação e ao apoio quotidiano, assumindo um papel central nos percursos de adaptação ao contexto de acolhimento.

Conclui-se que a integração da comunidade nepalesa em Lisboa assenta numa combinação entre inserção económica relativamente bem-sucedida e forte mobilização de redes comunitárias, coexistindo, contudo, com desafios estruturais relacionados com a habitação, a burocracia e o acesso a direitos. Os resultados reforçam a importância do fortalecimento das estruturas institucionais de acolhimento e da promoção de políticas públicas mais inclusivas para populações migrantes.

Palavras-chave: Migração; Comunidade nepalesa; Integração Social; Lisboa; Capital Social.

ABSTRACT

The recent growth of migration flows from South Asia has contributed to the diversification of migration patterns in Portugal, with the Nepalese community emerging as one of the fastest-growing migrant groups in the country over the last decade. In this context, this dissertation examines the social integration of the Nepalese community in Lisbon, seeking to understand how local reception structures influence integration processes.

Drawing on statistical data, questionnaires, semi-structured interviews and informal observation, the findings reveal relatively high levels of economic integration, despite the persistence of housing vulnerabilities and difficulties related to residence regularisation procedures. At the same time, community networks play a central role in facilitating access to employment, housing, information and everyday support.

The study concludes that the integration of the Nepalese community in Lisbon is characterised by a combination of relatively successful economic insertion and strong community networks, while structural challenges related to housing, bureaucracy and access to rights remain significant. The findings highlight the importance of strengthening reception structures and promoting more inclusive public policies for migrant populations.

Keywords: migration; social integration; Nepalese community; Lisbon; social networks.

JEL Classification: F22, J61, R23, Z13.

ÍNDICE

Glossário i

Resumo ii

Abstract iii

Índice iv

Índice de figuras v

Índice de tabelas v

Agradecimentos vi

1. Introdução 1

2. Revisão literária e enquadramento teórico 4

2.1. Migração, desenvolvimento e mobilidade global 4

2.2. Integração social e capital social em contextos migratórios 7

2.3.Políticas públicas e governação local 11

2.4. Migração e organização do espaço urbano 14

3.Contexto empírico: a comunidade nepalesa em portugal e lisboa 17

3.1. Tendências recentes da população estrangeira em Portugal 17

3.2. Lisboa: o centro da diáspora nepalesa e distribuição territorial 20

3.3. Dinâmicas sectoriais e inserção laboral 22

4. Metodologia 25

5. Análise e discussão dos resultados 30

5.1. Caracterização dos Participantes 31

5.2. Integração Económica, Linguística e Habitacional 33

5.3. Associativismo, Capital Social e Sentimento de Pertença 36

5.4. Perspetivas Institucionais e Comunitárias 40

6. Conclusão 45

Referências Bibliográficas 49

Anexos 53

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do Número de Cidadãos Estrangeiros Residentes em Portugal (2017–2024)…… 18

Figura 2: Distribuição dos Trabalhadores Nepaleses em Portugal por Setor de Atividade Económica (CAE) em 2025…… 24

Figura 3: Relação entre Frequência de Aulas de Português e Nível de Proficiência Linguística…….. 34

Figura 4: Distribuição do Apoio Social Recebido da Comunidade Nepalesa e da Sociedade de Acolhimento……. 38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I: População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente de Nacionalidade Nepalesa em Portugal, Grande Lisboa e Lisboa (2017, 2022)..... 21

Tabela II: Dados sobre Entrevistas..... 28

Tabela III: Caracterização Sociodemográfica dos Participantes (N=61)..... 31

AGRADECIMENTOS

A concretização desta dissertação apenas foi possível graças ao apoio, incentivo e generosidade de várias pessoas, às quais gostaria de expressar a minha mais sincera gratidão.

À minha família, por todo o apoio incondicional ao longo deste percurso. Aos meus pais, por acreditarem sempre em mim e por me incentivarem a perseguir os meus objetivos. À minha irmã, por ter sido um dos meus maiores pilares, pela presença constante e pelas palavras de incentivo nos momentos mais desafiantes. Um agradecimento muito especial à minha avó, cuja generosidade tornou possível a realização deste mestrado e a quem estarei sempre profundamente grata.

À minha orientadora, Professora Doutora Daniela Mourão Craveiro, agradeço a disponibilidade incansável, a orientação rigorosa e as valiosas sugestões que enriqueceram este trabalho ao longo de todo o processo.

À Embaixada do Nepal em Portugal, agradeço a colaboração e disponibilidade demonstradas durante a investigação. À comunidade nepalesa residente em Lisboa, expresso a minha mais profunda gratidão pela forma como me acolheu, pela ajuda na divulgação do questionário, pela participação neste estudo e pela confiança que depositou em mim. Obrigada por me fazerem sentir parte da vossa comunidade, por me receberem nos vossos eventos e por partilharem comigo a vossa cultura e experiências. Esta dissertação não teria sido possível sem a vossa generosidade. धन्यवाद !

Aos colegas que conheci durante este percurso, obrigada pela partilha de conhecimentos, pelo companheirismo e pelos momentos que tornaram toda esta experiência mais enriquecedora. Aos meus amigos, que me acompanham há tantos anos, agradeço a amizade, a compreensão e o apoio constante ao longo desta caminhada.

A todos, o meu mais sincero obrigada.

1. INTRODUÇÃO

O panorama migratório contemporâneo em Portugal tem sido marcado por uma expressiva reconfiguração dos fluxos internacionais, destacando-se o crescimento acentuado de comunidades oriundas do Sul da Ásia, entre as quais a população de nacionalidade nepalesa tem assumido uma visibilidade e centralidade crescentes na dinâmica demográfica e socioeconómica do país (AIMA, 2025; Pordata, 2025). Tradicionalmente caracterizado por fluxos de matriz predominantemente lusófona ou europeia, o contexto nacional depara-se hoje com novas geografias migratórias e desafios complexos de acolhimento, assumindo o município de Lisboa uma centralidade particular enquanto principal polo de atração, mediação e fixação urbana (Observatório das Migrações, 2026). Posto isto, dada a proeminência recente desta comunidade e a celeridade do seu crescimento, torna-se relevante compreender as dinâmicas subjacentes à sua estabilização e bem-estar.

É neste cenário que o presente projeto analisa os processos de inserção social da comunidade nepalesa no município de Lisboa, procurando compreender as articulações entre as trajetórias individuais e as estruturas locais de acolhimento. Para tal, a investigação é norteada pela seguinte pergunta de investigação: De que forma as estruturas locais de acolhimento influenciam os processos de integração social da comunidade nepalesa no município de Lisboa? A relevância desta questão prende-se com a necessidade de compreender os mecanismos de inclusão urbana de comunidades migrantes recentemente consolidadas em Portugal, bem como de fornecer evidência empírica relevante para o avanço da sociologia das migrações e para a formulação de políticas públicas de integração. Simultaneamente, o estudo dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, particularmente com o ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), na medida em que analisa desafios associados à integração laboral, habitacional e social de uma comunidade migrante em contexto urbano.

Do ponto de vista teórico, esta investigação apoia-se na literatura sobre migração, integração social e capital social em contextos urbanos multiculturais (Oliveira & Padilla, 2020; Zhang et al., 2023). Em particular, recorre ao modelo multidimensional de

integração de Ager e Strang (2008), que permite analisar de forma articulada dimensões como o emprego, a habitação, as competências linguísticas e as ligações sociais, avaliando o seu impacto nos percursos de integração da comunidade nepalesa em Lisboa. Tendo por base esta literatura, estabeleceram-se as seguintes hipóteses de investigação, formuladas como proposições analíticas orientadoras do trabalho empírico. Estas estruturam a análise e a interpretação dos dados, cuja pertinência será discutida à luz da evidência recolhida ao longo da investigação:

- 1. Hipótese da Segmentação e Integração: A integração da comunidade nepalesa em Lisboa é caracterizada por uma inserção assente no mercado de trabalho, frequentemente concentrada em setores específicos e sustentada por redes comunitárias próprias, mas acompanhada por condições habitacionais precárias que limitam a estabilidade social e a consolidação do processo de integração.
- 2. Hipótese do Capital Social: A integração institucional e o sentimento de pertença da comunidade nepalesa em Lisboa são potenciados pela mediação exercida pelo associativismo migrante, que funciona como um mecanismo compensatório perante barreiras linguísticas e a complexidade burocrática no acesso aos serviços públicos.

Com o objetivo de responder à questão de investigação e testar estas hipóteses, o estudo adota uma estratégia de métodos mistos assente num design paralelo convergente (Creswell & Plano Clark, 2017). Esta abordagem combina a análise de dados quantitativos e qualitativos, permitindo captar simultaneamente tendências gerais e experiências individuais. A investigação articula dados secundários provenientes de fontes oficiais sobre migrações com dados primários recolhidos através de um questionário aplicado à comunidade nepalesa residente em Lisboa. Paralelamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a representantes diplomáticos e associativos diretamente envolvidos com esta comunidade, complementadas por observação informal de campo em espaços de sociabilidade nepalesa na cidade. A conjugação destas técnicas permite construir uma compreensão mais abrangente dos processos de integração social e das dinâmicas comunitárias observadas.

O principal contributo científico desta dissertação reside na análise de uma das comunidades migrantes que mais cresceu em Portugal durante a última década, mas que permanece relativamente pouco explorada pela literatura académica nacional. Embora os estudos sobre imigração em Portugal tenham incidido sobretudo sobre comunidades historicamente mais consolidadas, como as oriundas dos PALOP ou Brasil, a comunidade nepalesa continua a ocupar uma posição periférica na produção científica portuguesa. Assim, ao combinar uma análise quantitativa das condições de integração com uma exploração qualitativa das experiências e perceções dos próprios atores envolvidos, este estudo contribui para preencher uma lacuna relevante no conhecimento académico. Adicionalmente, os resultados poderão fornecer informação útil para o desenho e implementação de políticas públicas orientadas para a integração de populações migrantes em contextos urbanos marcados por crescente diversidade cultural.

A dissertação estrutura-se em seis capítulos. Após a introdução, apresentam-se o enquadramento teórico, a contextualização empírica da comunidade nepalesa em Portugal e Lisboa, a metodologia adotada, a análise dos resultados e, por fim, as principais conclusões da investigação.

2. Revisão literária e enquadramento teórico

2.1. Migração, desenvolvimento e mobilidade global

A relação entre mobilidade humana e desenvolvimento tem sido objeto de um debate teórico que se transformou significativamente ao longo das últimas décadas. Como demonstra Hein de Haas (2007, pp. 3-8), a literatura não evoluiu de forma linear, mas antes através de mudanças de perspetiva que refletem diferentes contextos históricos e correntes teóricas. Nas décadas de 1950 e 1960, as abordagens de inspiração neoclássica tendiam a interpretar a migração como um mecanismo funcional de equilíbrio económico, capaz de redistribuir trabalho e capital entre regiões com diferentes níveis de desenvolvimento. Contudo, a partir dos anos 70, as teorias da dependência passaram a enfatizar os efeitos potencialmente negativos da mobilidade internacional, defendendo que fenómenos como a fuga de cérebros (*brain drain*) poderiam aprofundar desigualdades estruturais entre países centrais e periféricos. Mais recentemente, a literatura tem procurado ultrapassar esta dicotomia entre otimismo e pessimismo através do chamado "nexo migração-desenvolvimento", que reconhece o papel ativo dos migrantes nos processos de transformação social e económica (Nyberg-Sørensen et al., 2002).

Esta mudança de perspetiva levou também à revisão de algumas ideias amplamente difundidas no debate público, nomeadamente a noção de que a pobreza extrema constitui, por si só, o principal motor da migração internacional. O trabalho empírico de Hein de Haas (2010, pp. 9-13) mostra que a relação entre desenvolvimento e emigração é mais complexa. A análise de dados globais sugere que melhorias iniciais nos níveis de rendimento, educação e acesso à informação tendem, paradoxalmente, a aumentar a propensão migratória. Este fenómeno, frequentemente descrito na literatura como *migration hump*, indica que o desenvolvimento económico inicial pode ampliar as capacidades das populações para financiar projetos migratórios e aceder a redes de informação transnacionais. À medida que as condições socioeconómicas melhoram, as famílias passam a dispor de mais recursos para investir na mobilidade internacional, transformando a migração numa estratégia de diversificação de rendimento e de procura de oportunidades.

Esta dinâmica é aprofundada pelo quadro analítico das "aspirações e capacidades" (ver Anexo 1), desenvolvido por Hein de Haas (2021). Segundo esta perspetiva, a migração resulta da interação entre a aspiração individual de melhorar as condições de vida e a capacidade efetiva de concretizar esse projeto. A mobilidade pode, assim, ser entendida tanto como resposta a limitações estruturais como expressão de agência individual. A migração pode também ser interpretada como uma estratégia racional de mobilidade social, frequentemente tomada ao nível familiar e na qual os agregados domésticos investem na deslocação internacional de alguns membros com o objetivo de ampliar oportunidades económicas e reduzir riscos (De Haas, 2023, p. 117). Inspirado em abordagens do desenvolvimento humano, este modelo sugere que a possibilidade de escolher onde viver constitui, em si mesma, um indicador de liberdade e bem-estar. Neste sentido, fluxos migratórios como aqueles que ligam o Nepal a países europeus, incluindo Portugal, não devem ser interpretados apenas como movimentos de mão-de-obra, mas também como projetos tanto individuais como familiares orientados para a expansão de oportunidades.

Apesar desta centralidade da agência individual, a concretização do potencial da migração para o desenvolvimento dos próprios migrantes, das suas famílias e das sociedades de origem e de destino depende fortemente do enquadramento político e institucional. Ninna Nyberg-Sørensen, Nicholas Van Hear e Poul Engberg-Pedersen (2002, p. 50) chamam à atenção para a persistente separação entre as políticas de migração e as políticas de desenvolvimento. Enquanto as primeiras são frequentemente orientadas por preocupações de controlo de fronteiras, segurança ou gestão imediata do mercado de trabalho, as segundas tendem a focar-se em objetivos de redução da pobreza e estabilidade a longo prazo. À luz desta perspetiva, esta desconexão institucional poderá limitar o potencial das diásporas enquanto agentes de desenvolvimento nos países de origem e de destino, uma vez que dificulta a construção de estratégias políticas coerentes que reconheçam os migrantes como atores relevantes nesses processos.

A dimensão normativa do nexo migração-desenvolvimento é discutida por Cristina Gortázar Rotaeche (2019), que o enquadra no contexto da Agenda 2030 e do princípio de "não deixar ninguém para trás". A autora argumenta que a migração não deve ser tratada apenas como um fenómeno económico ou demográfico, mas como uma questão transversal aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, a proteção dos

direitos humanos dos migrantes e o acesso a trabalho digno nos países de destino tornam-se condições fundamentais para que a mobilidade possa gerar efeitos positivos tanto nas sociedades de origem como nas de acolhimento. Rotaeche critica ainda a tendência de alguns Estados em instrumentalizar a ajuda pública ao desenvolvimento como mecanismo de contenção migratória, sublinhando que esta abordagem ignora a complexidade das dinâmicas migratórias e pode comprometer os objetivos mais amplos de desenvolvimento (Rotaeche, 2019, pp. 33–39).

No caso europeu, e particularmente no contexto português, a análise de João Peixoto (2019) acrescenta uma dimensão importante ao debate ao destacar o papel da migração para o próprio desenvolvimento dos países de destino. Face ao envelhecimento populacional e ao declínio demográfico que caracterizam muitas sociedades europeias, os fluxos migratórios têm vindo a assumir uma relevância crescente para a sustentabilidade económica e para o funcionamento de diversos setores do mercado de trabalho. Em Portugal, comunidades migrantes recentes, como é o caso da nepalesa, contribuem para preencher lacunas em atividades económicas específicas e para reforçar a base contributiva dos sistemas de segurança social. No entanto, como observa o autor, este potencial de desenvolvimento pode ser limitado por fenómenos de segmentação do mercado de trabalho e pela subutilização das qualificações dos migrantes, quando estes são frequentemente canalizados para empregos de baixa qualificação (Peixoto, 2019, p. 58).

A dimensão transnacional destas dinâmicas manifesta-se também através dos fluxos financeiros e do capital social gerado pelas diásporas. As remessas enviadas pelos migrantes representam, em muitos contextos, uma importante fonte de apoio económico para famílias e comunidades nos países de origem, podendo mesmo ultrapassar os fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento (Ferreira, 2017, p. 11). Ainda assim, é importante sublinhar que o impacto da migração no desenvolvimento não se limita às transferências monetárias. Processos de circulação de conhecimento, redes transnacionais e mobilidade de competências, frequentemente descritos na literatura como *brain circulation*, podem igualmente desempenhar um papel importante na ligação entre sociedades de origem e de destino, reforçando o papel das diásporas como atores relevantes nos processos de desenvolvimento dos países de origem e de destino (Ferreira, 2017, p. 13). Neste contexto, a promoção de uma maior Coerência das Políticas para o Desenvolvimento

(CPD), entendida como a articulação entre diferentes áreas de política pública para evitar objetivos contraditórios, torna-se fundamental para garantir que as políticas migratórias, económicas e sociais sejam capazes de potenciar estas dinâmicas e articular de forma mais consistente as dimensões migratórias e de desenvolvimento (Ferreira, 2017, p. 15).

Neste enquadramento, a migração pode ser compreendida como um processo que articula dimensões individuais, económicas e institucionais. Fluxos migratórios contemporâneos, como aqueles que ligam o Nepal a Portugal, refletem simultaneamente as aspirações individuais de mobilidade, as transformações socioeconómicas nos países de origem e as necessidades estruturais das economias de destino. Contudo, para que este potencial de desenvolvimento se concretize plenamente, torna-se necessário considerar também as formas através das quais os migrantes se inserem nas sociedades de acolhimento. Como observa Hein de Haas (2023, pp. 208–209), apesar da persistente narrativa política sobre a formação de "sociedades paralelas", evidência empírica sugere que os processos de integração tendem a ocorrer de forma gradual e intergeracional, sendo frequentemente condicionados por fatores socioeconómicos e institucionais mais do que necessariamente por diferenças culturais. Como argumenta John W. Berry (1997, p. 10), os resultados sociais e económicos da migração dependem em grande medida das estratégias de adaptação cultural e das oportunidades de participação oferecidas pelas sociedades de destino. Assim, compreender o nexo entre migração e desenvolvimento implica analisar igualmente os processos de integração social que moldam a participação efetiva dos migrantes na vida económica, institucional e comunitária.

2.2. Integração social e capital social em contextos migratórios

A análise da integração social de comunidades migrantes exige uma análise de múltiplas dimensões que definem a coesão nas sociedades contemporâneas. A integração não pode ser simplesmente compreendida como um estado estático de assimilação cultural, mas sim como um processo dinâmico de coordenação entre atores diversificados. É então uma negociação contínua entre estruturas institucionais, dinâmicas comunitárias e trajetórias individuais (Berry, 1997; Grunow et al., 2023). Neste estudo, a integração social é entendida como sendo distinta do conceito de assimilação, seguindo a conceptualização proposta por John W. Berry (1997), no âmbito da sua teoria da

aculturação. Enquanto a assimilação pressupõe a convergência cultural unilateral do migrante em direção às normas dominantes da sociedade recetora, a integração corresponde a uma estratégia caracterizada pela coexistência entre a manutenção da identidade cultural de origem e a participação ativa na sociedade anfitriã. Perante este contexto, a integração configura-se como um processo bidirecional de adaptação mútua, no qual a inclusão social não implica a renúncia identitária.

Nesta perspetiva, Grunow et al. (2023, pp. 11-12) identificam quatro pilares analíticos fundamentais para a construção da integração: o consenso normativo e cognitivo (baseado na partilha de regras comuns), a confiança mútua, entendida como expectativa de reciprocidade que reduz a complexidade das interações sociais, a conformidade com as regras do sistema e a cooperação orientada para fins coletivos. Contudo, os autores introduzem também uma reflexão crítica sobre o fenómeno da "sobre-integração", caracterizado por sistemas sociais excessivamente rígidos, nos quais a coesão pode assumir traços autoritários, limitando a agência individual e promovendo mecanismos de exclusão dirigidos àqueles definidos como outsiders (Grunow et al., 2023, p. 15). No contexto da migração nepalesa em Portugal, e mais concretamente em Lisboa, esta perspetiva revela-se particularmente relevante, uma vez que a integração não corresponde apenas à inclusão do migrante num "nós" coletivo, mas também à capacidade desse "nós" permanecer suficientemente poroso para permitir a participação do outro sem exigir a anulação da sua identidade de origem.

A operacionalização prática desta integração é detalhada através do modelo proposto por Ager e Strang (2008), que organiza a experiência migratória em domínios interdependentes (ver Anexo 2). Este modelo pode ser entendido como uma operacionalização empírica das condições sociais que tornam possível a estratégia de integração identificada por Berry (1997), traduzindo em dimensões observáveis o equilíbrio entre participação social e manutenção identitária. No topo desta estrutura encontram-se os "Marcadores e Meios" (*markers and means*), que incluem dimensões como emprego, habitação, educação e saúde (Ager & Strang, 2008, pp. 169-170). Estes domínios representam a dimensão mais visível e mensurável da integração. Contudo, a sua eficácia depende dos "Fundamentos" (*foundation*) institucionais do sistema, nomeadamente a cidadania e o acesso a direitos fundamentais. Segundo Ager e Strang (2008, p. 175), na ausência de uma base legal e política sólida, progressos observados no

emprego ou na habitação permanecem precários e potencialmente reversíveis, dificultando a transição de um estatuto de "trabalhador convidado" para o de cidadão de pleno direito.

O núcleo dinâmico do modelo de Ager e Strang (2008) reside nas questões de "Ligações Sociais" (*social connections*), que constituem a manifestação do capital social no processo migratório. Estas dimensões relacionais refletem, os mecanismos através dos quais a estratégia de integração descrita por Berry (1997) se concretiza nas práticas sociais quotidianas. Este capital social pode ser decomposto em três dimensões analíticas que permitem compreender a inserção da comunidade nepalesa na malha urbana de Lisboa: O *social bonding* (vínculos de coesão), assente nos vínculos intracomunitários que asseguram suporte psicossocial e acesso imediato a recursos materiais (Ager & Strang, 2008, pp. 177-178). Embora estes laços sejam essenciais para a resiliência dos migrantes em contextos de vulnerabilidade ou hostilidade, uma dependência exclusiva destas redes pode favorecer a formação de enclaves socialmente fechados, limitando oportunidades de mobilidade social ascendente. A segunda dimensão, *social bridging*, diz respeito às relações horizontais estabelecidas com membros da sociedade anfitriã e com outros grupos minoritários (Ager & Strang, 2008, pp. 178-179). Estas pontes sociais funcionam como motores de uma integração mais profunda, ao facilitar o acesso a informação, recursos e redes de influência frequentemente inacessíveis dentro do círculo coétnico. A última dimensão, *social linking*, diz respeito às relações estabelecidas entre os migrantes e as instituições formais, incluindo estruturas de poder e serviços públicos. O *linking* é o que garante que o capital social se converte em direitos efetivos e em participação política (Ager & Strang, 2008, pp. 180-181).

A dimensão relacional da integração é igualmente evidenciada por Zhang, You, Pundir e Meijering (2023), que identificam a participação comunitária como um fator relevante na promoção da integração social em contextos urbanos. Segundo os autores, o envolvimento em atividades comunitárias contribui para enfrentar situações de marginalização e desigualdade, desempenhando também um papel mediador na resolução de problemas locais e na redução de tensões entre migrantes e a população local (Zhang et al., 2023, pp. 6–7). Além disso, a participação comunitária favorece a expansão das redes sociais, o acesso a recursos e o desenvolvimento de um sentido de pertença, dimensões centrais da integração social. Neste sentido, a participação em dinâmicas

comunitárias pode ser entendida como um mecanismo através do qual o capital social se mobiliza e se traduz em formas concretas de inserção social no contexto de acolhimento.

A articulação entre capital social e desfechos integrativos é atravessada pela natureza bidirecional do processo de integração. Como defendem Laurentsyeva e Venturini (2017, p. 285), a integração deve ser compreendida como um processo de reciprocidade e responsabilidade de ambas partes, na qual a agência do imigrante (expressa através do investimento em capital humano, na aprendizagem linguística e na conformidade normativa) necessita do reconhecimento por parte da sociedade recetora para se traduzir em inclusão efetiva. Evidência empírica sugere que a integração económica tende a preceder a integração social, no entanto, este desfasamento temporal e qualitativo pode ser ampliado quando os mecanismos de sociabilidade falham em promover relações de *social bridging* (Laurentsyeva & Venturini, 2017, p. 286). Assim, a passagem do enclave étnico para uma participação cívica mais alargada depende da abertura das fronteiras sociais, permitindo ampliar os círculos de pertença e aproximar o grupo da comunidade nacional.

De acordo com esta perspetiva, a integração social pode ser conceptualizada como um sistema de "círculos sociais intersetados", no qual o indivíduo migrante navega permanentemente entre o círculo de suporte da sua comunidade de origem (*bonding*), as pontes relacionais com a sociedade anfitriã (*bridging*) e as ligações formais às estruturas institucionais (*linking*). A integração plena não implica o abandono dos vínculos primários, mas antes a garantia de que estes círculos não se tornem mutuamente exclusivos. Pelo contrário, trajetórias de inclusão bem-sucedidas dependem da complementaridade entre estes espaços de pertença, permitindo que o capital social acumulado num domínio seja mobilizado e valorizado noutro.

Neste sentido, o sucesso da integração numa metrópole cosmopolita como Lisboa não se prende pela homogeneização cultural dos seus habitantes, mas na consolidação de uma infraestrutura social assente na confiança e na cooperação entre atores diversos. Conforme defendem Grunow et al. (2023, p. 18), este equilíbrio depende da capacidade de criar um espaço social onde a diversidade seja integrada através de mecanismos de coordenação funcional e reconhecimento identitário. Assim, a integração social da comunidade nepalesa pode ser interpretada como o resultado da intersecção destas

diferentes esferas, nas quais o capital social atua como elemento mediador entre identidade individual e participação coletiva numa sociedade plural (Grunow et al., 2023; Ager & Strang, 2008).

2.3.Políticas públicas e governação local

A integração de comunidades migrantes nas sociedades de acolhimento não pode ser compreendida exclusivamente através das dinâmicas sociais internas dessas mesmas comunidades. Pelo contrário, ela é profundamente condicionada pelo enquadramento institucional e pelas políticas públicas que regulam o acesso a direitos, oportunidades económicas e participação cívica. Neste sentido, a governação da migração constitui um processo multinível no qual instituições supranacionais, Estados nacionais e autoridades locais desempenham papéis complementares na definição das condições de integração (Scholten, 2016; König, 2024).

Esta articulação manifesta-se, por exemplo, na coexistência entre regimes europeus de mobilidade, políticas nacionais de residência e instrumentos locais de integração (Scholten, 2016). As decisões tomadas no contexto europeu relativamente à livre circulação, ao asilo ou aos direitos laborais estabelecem os limites dentro dos quais os Estados-membros podem formular as suas próprias políticas migratórias. No entanto, a implementação concreta destas políticas ocorre frequentemente a nível nacional e local, onde os migrantes experienciam diretamente os efeitos das decisões institucionais.

Neste contexto, Scholten (2016) destaca que as políticas migratórias europeias devem ser analisadas através de uma perspetiva de governação multinível. Na sua análise sobre a política migratória europeia, o autor argumenta que as cidades e os governos locais desempenham um papel crescente na gestão da diversidade migratória, desenvolvendo frequentemente estratégias próprias de integração que coexistem com os enquadramentos legislativos nacionais (Scholten, 2016). Esta descentralização parcial da governação migratória reflete o facto de a integração ocorrer sobretudo no espaço urbano, onde se desenvolvem as interações quotidianas entre populações migrantes e sociedades de acolhimento.

A importância do enquadramento jurídico para as trajetórias de integração dos migrantes é destacada por Laurentsyeva e Venturini (2017). As autoras sublinham que a

obtenção de um estatuto legal estável representa frequentemente um ponto de viragem nas estratégias de vida das populações migrantes. A segurança jurídica associada à residência permanente ou à naturalização tende a alargar o horizonte temporal dos indivíduos, incentivando investimentos de longo prazo na aprendizagem da língua do país de acolhimento, na educação dos filhos e na participação cívica (Laurentsyeva & Venturini, 2017, pp. 288-289). Desta forma, o estatuto legal não constitui apenas um instrumento administrativo, mas também um mecanismo fundamental de integração social.

Este processo pode ser interpretado como uma transição gradual entre diferentes formas de inserção social. Grunow et al. (2023) argumentam que a integração não se limita à adaptação individual às normas da sociedade de acolhimento, mas envolve também a construção de relações de cooperação entre grupos sociais distintos. Neste sentido, a estabilidade institucional e o acesso a direitos legais funcionam como pré-condições fundamentais para a transformação das relações sociais entre migrantes e população nativa (Grunow et al., 2023, pp. 6–9).

No entanto, a formulação de políticas migratórias ocorre frequentemente num contexto de forte polarização política. A imigração tornou-se um dos temas mais controversos no debate público europeu, sendo frequentemente instrumentalizada em disputas políticas internas (König, 2024, pp. 45–47). Esta politização tende a produzir políticas migratórias marcadas por contradições entre objetivos de controlo e necessidades económicas ou demográficas, criando por vezes enquadramentos institucionais inconsistentes que dificultam a integração efetiva das populações migrantes.

Esta tensão entre objetivos políticos e dinâmicas sociais reais é também destacada por De Haas (2023), que critica a tendência das políticas migratórias contemporâneas para se basearem em pressupostos simplificados sobre as causas da mobilidade internacional. No seu trabalho sobre migração e desenvolvimento, o autor demonstra que a relação entre desenvolvimento económico e migração é significativamente mais complexa do que frequentemente assumido pelos decisores políticos. Em muitos contextos, melhorias iniciais nos níveis de rendimento, educação e conectividade nos países de origem tendem a aumentar, e não a reduzir, a mobilidade internacional. Este fenómeno, frequentemente

descrito como o "paradoxo da migração", sugere que o desenvolvimento económico pode expandir simultaneamente as aspirações e as capacidades de mobilidade das populações (De Haas, 2023, pp. 103–110). Consequentemente, políticas públicas orientadas exclusivamente para a contenção da migração através de instrumentos de desenvolvimento ou de controlo administrativo podem revelar-se insuficientes para lidar com as dinâmicas estruturais que caracterizam os sistemas migratórios contemporâneos. Em vez disso, diversos autores defendem a necessidade de abordagens políticas que reconheçam a migração como um fenómeno estrutural das sociedades modernas, profundamente ligado aos processos de globalização económica, mobilidade social e transformação demográfica.

Neste contexto, esta fragmentação institucional tem sido amplamente discutida na literatura sobre o nexo migração-desenvolvimento. Historicamente, as políticas de migração e as políticas de desenvolvimento evoluíram como campos políticos separados, frequentemente guiados por objetivos divergentes. Enquanto as autoridades migratórias tendem a priorizar o controlo dos fluxos migratórios e a gestão do mercado de trabalho, as agências de desenvolvimento concentram-se na redução da pobreza e na estabilidade socioeconómica de longo prazo, dificultando a construção de estratégias políticas integradas (Nyberg-Sørensen et al., 2002, pp. 52).

Adicionalmente, é fundamental considerar a dimensão territorial da integração. Lisboa, enquanto metrópole que acolhe fluxos migratórios diversificados, constitui o espaço onde estas tensões institucionais e sociais se materializam de forma mais visível. A concentração de determinadas comunidades migrantes em áreas específicas da cidade pode refletir simultaneamente a força das redes sociais internas e as desigualdades estruturais presentes no acesso ao mercado habitacional e ao emprego. Assim, as políticas públicas locais desempenham um papel crucial na criação de condições que favoreçam a inclusão social e a participação cívica das populações migrantes.

Deste modo, o estudo da integração da comunidade nepalesa em Lisboa deve considerar não apenas os indicadores económicos de inserção laboral ou rendimento, mas também o enquadramento institucional que molda as oportunidades de participação social e política. A integração pode, assim, ser entendida como um processo dinâmico que resulta da interação entre a agência dos migrantes e as estruturas institucionais que

regulam o acesso a direitos e recursos. Neste contexto, o desafio das políticas públicas não reside apenas na gestão dos fluxos migratórios, mas na construção de instituições capazes de promover a inclusão social e garantir igualdade de oportunidades numa sociedade cada vez mais diversa.

2.4. Migração e organização do espaço urbano

As cidades constituem simultaneamente o destino privilegiado dos fluxos migratórios e o principal palco das dinâmicas de integração social, económica e cultural. A relação entre migração e espaço urbano tem sido amplamente estudada pela sociologia urbana e pela geografia humana, que procuraram compreender de que forma os processos de mobilidade moldam a organização das cidades e, inversamente, como as estruturas urbanas condicionam as trajetórias dos migrantes (Oliveira & Padilla, 2020; De Haas, 2023).

Uma das primeiras formulações teóricas sobre a relação entre atividade económica e organização espacial foi proposta por Johann Heinrich Von Thünen. No seu modelo de localização agrícola, Von Thünen (1826/1966) procurou explicar a distribuição espacial das atividades económicas em função da distância ao mercado e dos custos de transporte. Partindo da hipótese de um território isolado organizado em torno de um único centro urbano, o autor propôs que diferentes atividades tenderiam a localizar-se em anéis concêntricos em torno desse mercado central. Embora desenvolvido para analisar a organização da produção agrícola, este modelo introduziu uma perspetiva espacial que viria a influenciar o estudo da distribuição das atividades humanas no território.

A relação entre organização espacial e distribuição das populações foi posteriormente abordada por diferentes correntes da sociologia urbana. Entre estas destaca-se a tradição da ecologia urbana associada à Escola de Chicago, da qual o modelo das zonas concêntricas de Burgess (1925) constitui uma das formulações mais conhecidas. Segundo o autor, o crescimento urbano tende a ocorrer através de zonas sucessivas organizadas em torno de um centro urbano. Neste modelo, a denominada "zona de transição", localizada entre o distrito central de negócios (CBD) e as áreas residenciais mais estáveis, caracteriza-se por elevada mobilidade populacional, deterioração do parque habitacional

e presença significativa de grupos recém-chegados à cidade, incluindo populações migrantes (Burgess, 1925).

De acordo com esta perspetiva, a concentração inicial de migrantes nestas áreas urbanas corresponderia frequentemente a uma etapa de inserção residencial e económica, podendo ser seguida por deslocações para outras zonas da cidade ao longo do tempo (Burgess, 1925). Apesar de ter sido desenvolvido num contexto histórico específico, o modelo contribuiu para a análise da relação entre mobilidade populacional, diferenciação espacial e organização urbana.

Apesar da sua influência duradoura na sociologia urbana, a interpretação linear deste modelo tem sido amplamente questionada pela literatura contemporânea. Em particular, a associação direta entre concentração espacial de migrantes e segregação social tem sido alvo de substancial revisão crítica. Hein de Haas (2023) argumenta que a visão popular dos bairros de imigrantes como guetos isolados e disfuncionais constitui um dos mitos mais persistentes no debate público sobre migração. Segundo o autor, embora determinadas áreas urbanas possam concentrar populações migrantes e enfrentar desafios socioeconómicos, estes espaços desempenham frequentemente funções económicas e sociais fundamentais. A proximidade entre indivíduos com experiências migratórias semelhantes facilita a circulação de informação, a criação de redes de apoio e o acesso a oportunidades de emprego, funcionando como mecanismos informais de integração económica (De Haas, 2023, pp. 312–318).

Deste modo, a concentração espacial de migrantes pode ser interpretada não apenas como resultado de processos de exclusão, mas também como uma estratégia racional de adaptação às condições estruturais das cidades. Muitos migrantes optam por residir em áreas centrais ou densamente povoadas porque estas oferecem maior proximidade a mercados de trabalho, serviços e redes sociais. Assim, aquilo que é frequentemente interpretado como segregação pode refletir, em muitos casos, dinâmicas de solidariedade comunitária e estratégias de mobilidade social.

Para além da sua função residencial, bairros com elevada presença migrante desempenham frequentemente um papel central na criação de economias étnicas locais. Como argumenta Hein de Haas (2023), estes espaços urbanos podem funcionar como ecossistemas de empreendedorismo migrante, onde pequenos negócios, como

restaurantes, mercearias, lojas especializadas ou serviços comunitários, emergem como estratégias de inserção económica. Estes empreendimentos baseiam-se frequentemente em redes de confiança e capital social intra-comunitário, permitindo ultrapassar barreiras estruturais ao emprego formal, como dificuldades linguísticas ou reconhecimento limitado de qualificações. Longe de constituírem sinais de isolamento, estes enclaves económicos podem atuar como plataformas de mobilidade social e integração gradual, facilitando a circulação de informação, a criação de oportunidades de trabalho e a interação económica com a sociedade de acolhimento (De Haas, 2023, pp. 321–325).

Esta discussão assume particular relevância no contexto de cidades caracterizadas por elevados níveis de diversidade cultural. No caso de Lisboa, diversos autores têm destacado a emergência de formas de superdiversidade urbana. Oliveira e Padilla (2020, p. 146) argumentam que bairros centrais como Mouraria, Arroios e Martim Moniz constituem espaços onde coexistem múltiplas nacionalidades, trajetórias migratórias e estratos socioeconómicos. Ao contrário da previsão do modelo clássico de Burgess, estas áreas não funcionam apenas como zonas de transição temporária, mas como espaços de diversidade urbana relativamente estáveis.

Ao mesmo tempo, estes territórios encontram-se sujeitos a fortes pressões associadas aos processos de regeneração urbana e gentrificação. O crescimento do turismo e o aumento do valor imobiliário nos centros históricos têm contribuído para a deslocação de populações migrantes para áreas periféricas da cidade. Oliveira e Padilla (2020) identificam que estas transformações podem enfraquecer redes sociais estabelecidas e deslocar comunidades para zonas urbanas com menor acesso a infraestruturas e oportunidades económicas (Oliveira & Padilla, 2020, pp. 151–154).

O estudo das cidades torna-se fundamental para compreender as dinâmicas contemporâneas da migração internacional. Como observa Peixoto (2019), a sustentabilidade social e económica das cidades europeias depende cada vez mais da capacidade de integrar populações migrantes nos seus mercados de trabalho e nas suas estruturas sociais. A governação urbana assume, assim, um papel central na gestão da diversidade e na criação de condições que permitam transformar a migração num fator de dinamismo económico e renovação demográfica.

Sendo assim, a articulação entre a ecologia urbana clássica e as abordagens contemporâneas permite compreender que a presença de migrantes nas cidades não constitui apenas um desafio de integração, mas também um elemento estruturante da transformação urbana. A concentração espacial de migrantes pode tanto refletir processos de segregação residencial como constituir um recurso social e económico que facilita o acesso a redes de apoio e oportunidades (De Haas, 2023). Estas dinâmicas de concentração residencial, redes sociais e empreendedorismo migrante tornam-se particularmente visíveis em bairros centrais de Lisboa, onde comunidades recentes, como é o caso da comunidade nepalesa, têm desenvolvido formas específicas de inserção económica e social.

Assim, o presente estudo analisa a integração da comunidade nepalesa em Lisboa a partir de uma perspetiva multidimensional que articula fatores individuais, sociais, institucionais e espaciais. As trajetórias migratórias são interpretadas à luz da interação entre aspirações e capacidades (De Haas, 2021), enquanto os processos de integração são operacionalizados com base no modelo de Ager e Strang (2008), com especial foco nos domínios do emprego, habitação e ligações sociais. O capital social assume um papel central enquanto potencial mecanismo explicativo, sendo analisado nas suas dimensões de *bonding, bridging e linking*. Paralelamente, admite-se que estas dinâmicas são condicionadas pelo enquadramento institucional e pela organização do espaço urbano, que influenciam o acesso a recursos e oportunidades. A análise empírica incide, assim, sobre indicadores como inserção laboral, condições habitacionais, redes sociais e distribuição espacial, permitindo conceptualizar a integração como um processo dinâmico e relacional no contexto urbano de Lisboa.

3. Contexto empírico: a comunidade nepalesa em Portugal e Lisboa

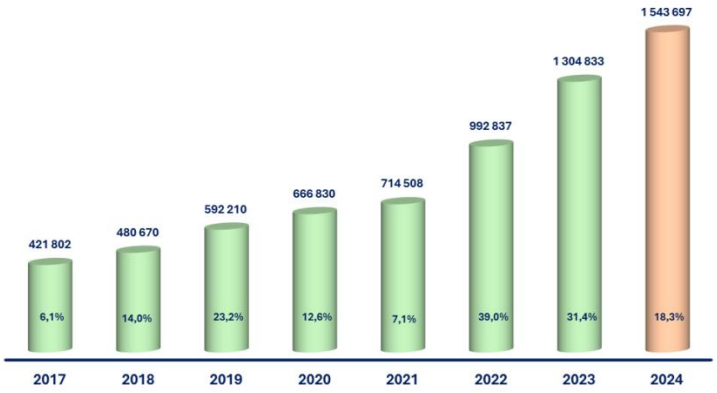
3.1. Tendências recentes da população estrangeira em Portugal

Nas últimas décadas, Portugal tem vindo a consolidar-se como um país de destino de fluxos migratórios internacionais. Este processo tem-se intensificado de forma particularmente significativa nos últimos anos, refletindo transformações estruturais no mercado de trabalho e na crescente mobilidade internacional no contexto europeu. De acordo com a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, 2025), residiam em

Portugal, no final de 2024, cerca de 1.543.697 cidadãos estrangeiros[1]. Como ilustrado na Figura 1, este crescimento é particularmente expressivo quando comparado com a realidade demográfica de há poucos anos, tendo o número de indivíduos de nacionalidade estrangeira com estatuto legal de residente quase quadruplicado num período de sete anos, como reflexo direto da recente intensificação e reconfiguração dos fluxos migratórios internacionais com destino ao território nacional. Paralelamente, no início de 2024, os cidadãos de nacionalidade estrangeira representavam cerca de 9,8% da população total residente em Portugal, um peso percentual que se situava ligeiramente acima da média registada no conjunto da União Europeia, que se fixava em 9,6% (Pordata, 2025)[2].

FIGURA 1

Evolução do Número de Cidadãos Estrangeiros Residentes em Portugal (2017–2024)



Nota. As percentagens apresentadas correspondem à taxa de variação anual do número de cidadãos estrangeiros residentes em território nacional. Retirado de *Relatório de Migrações e Asilo 2024* (p. 2), por Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), 2025.

[1] Apesar de algumas reservas metodológicas associadas à transição institucional entre o SEF e a AIMA e à regularização de processos acumulados, opta-se pela utilização dos dados da AIMA por constituírem a principal fonte oficial disponível para o período em análise.

[2] Os dados relativos ao peso da população estrangeira e à comparação com a média da UE baseiam-se em indicadores harmonizados do Eurostat disponibilizados pela Pordata (2025), por garantirem maior comparabilidade internacional e estabilidade metodológica.

Para além deste crescimento global, observa-se uma reconfiguração significativa dos fluxos e stocks migratórios, com particular destaque para o aumento de cidadãos provenientes do Sul da Ásia. Entre estas comunidades, a população nepalesa destaca-se pelo crescimento particularmente acentuado na última década. Em 2024, o Nepal passou a constituir a sexta maior comunidade estrangeira residente em Portugal, com 58.086 residentes registados face aos 21.545 residentes identificados em 2021 (AIMA, 2025; GEE, 2023)[3]. Esta evolução evidencia não apenas um crescimento quantitativo, mas também a consolidação da comunidade nepalesa como um dos principais grupos migrantes emergentes em Portugal.

Em termos de estrutura sociodemográfica, a população estrangeira residente em Portugal apresenta um perfil marcadamente jovem e orientado para o mercado de trabalho. Cerca de 85,5% dos cidadãos estrangeiros integram a população ativa, concentrando-se sobretudo na faixa etária entre os 18 e os 34 anos (AIMA, 2025). No entanto, a inserção no mercado de trabalho revela assimetrias relevantes, particularmente no grupo etário dos 25 aos 64 anos, onde a taxa de emprego entre a população estrangeira residente atinge 86,4% entre homens e desce para 68,5% entre mulheres (Pordata, 2025), evidenciando desigualdades de género persistentes na integração laboral.

Apesar destas dinâmicas de inserção relativamente elevada, persistem padrões relevantes de vulnerabilidade social. A taxa de risco de pobreza ou exclusão social entre cidadãos estrangeiros situa-se nos 28,9%, valor significativamente superior ao registado entre a população portuguesa (19,2%) (EAPN Portugal, 2024; Pordata, 2025). Este diferencial de cerca de 10 pontos percentuais evidencia desigualdades estruturais associadas ao acesso ao mercado de trabalho, à segmentação ocupacional e à maior exposição a condições de precariedade (Peixoto, 2019). No caso específico do município de Lisboa, esta vulnerabilidade intersetorial materializa-se numa acentuada precariedade habitacional, expressa em fenómenos de sobreocupação do edificado e segregação

[3] A comparação entre os dados do SEF (2021) e da AIMA (2024) deve ser interpretada com prudência, uma vez que a transição institucional e a regularização de processos pendentes poderão ter contribuído para o aumento estatístico observado.

residencial, num mercado marcado pela forte pressão imobiliária e inflação dos custos de alojamento (Oliveira & Padilla, 2020). É, fundamentalmente, sob este duplo cenário, de assinalável atratividade laboral, mas também de vincada pressão sociohabitacional, que a capital emerge como o principal polo de fixação da comunidade nepalesa em Portugal, funcionando como um espaço privilegiado de inserção económica e de articulação de redes migratórias transnacionais.

3.2. Lisboa: o centro da diáspora nepalesa e distribuição territorial

De acordo com o Observatório das Migrações (2026), o distrito de Lisboa é o principal recetor de população estrangeira no país, com 606.179 residentes, o que corresponde a 39,27% do total nacional. Ao nível municipal, a cidade de Lisboa regista 202.430 cidadãos estrangeiros, representando 35,2% da população residente (OM, 2026). Este nível de concentração insere-se num contexto mais amplo de crescimento acelerado da imigração em Portugal, que registou entre 2016 e 2023 a maior taxa média anual de crescimento da população estrangeira na União Europeia (Pordata, 2025).

No interior da cidade, a distribuição da população estrangeira é marcadamente desigual, com concentração em freguesias centrais e historicamente associadas à diversidade migratória. Santa Maria Maior destaca-se como a freguesia com maior proporção de residentes estrangeiros (33,28%), incluindo uma presença significativa de cidadãos do Sul da Ásia (48,67% da população estrangeira local). Arroios constitui igualmente um território central, com 23,33% de residentes estrangeiros (EAPN Portugal, 2024).

A centralidade de Lisboa enquanto espaço de fixação da comunidade nepalesa torna-se ainda mais evidente quando se observa a evolução do stock da população residente. Entre 2017 e 2022, a população nepalesa em Portugal passou de 7.435 para 23.839 indivíduos, registando um crescimento muito expressivo (Pordata, 2024). Este aumento refletiu-se de forma particularmente intensa na sub-região da Grande Lisboa, que concentrava, em 2022, cerca de 11.791 residentes nepaleses, dos quais 8.567 estavam fixados no município de Lisboa, como observado na Tabela I.

TABELA I

População estrangeira com estatuto legal de residente de nacionalidade nepalesa em Portugal, Grande Lisboa, e Lisboa (2017, 2022). total

Indivíduo

Territórios	Nacionalidade	
	Nepal	
Anos	2017	2022
Portugal	7.435	23.839
Grande Lisboa	4.948	11.791
Lisboa	4.343	8.567

Fonte: População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades", Pordata (2024), com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA).

Nota: A delimitação geográfica dos territórios apresentados obedece aos seguintes critérios institucionais: Portugal engloba a totalidade do território nacional (Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira); Grande Lisboa refere-se à sub-região estatística (NUTS III) composta por 9 municípios da margem norte do Tejo; e Lisboa circunscreve-se estritamente aos limites administrativos do município/concelho de Lisboa. Ressalva-se que esta desagregação difere do nível geográfico de 'distrito' (utilizado adiante para os dados da Segurança Social), o qual possui uma abrangência territorial superior (16 municípios).

Apesar destes dados evidenciarem uma forte concentração urbana, a ausência de dados recentes desagregados por nacionalidade e município limita a possibilidade de mapear com precisão a distribuição atual desta comunidade, criando um importante hiato estatístico na análise territorial. Ainda assim, os dados administrativos da Segurança Social (2025) permitem observar indiretamente a continuidade desta concentração territorial[4]. Em 2025, o distrito de Lisboa concentrava 19.814 trabalhadores nepaleses

[4] Esclarece-se que os registos administrativos da Segurança Social e as estatísticas de residência legal da AIMA possuem naturezas de recolha e universos demográficos distintos, pelo que as duas fontes não

com contribuições registadas na Segurança Social, correspondendo ao maior volume nacional desta comunidade e evidenciando a persistência da centralidade económica da região na sua inserção laboral.

Esta concentração espacial pode ser interpretada à luz de dinâmicas de migração em rede, nas quais o acesso ao emprego e à habitação é mediado por relações interpessoais e comunitárias. Estas redes desempenham um papel central na fase inicial de instalação dos migrantes, facilitando o acesso a informação, oportunidades laborais e habitação (Peixoto, 2019), sobretudo em setores como a restauração, hotelaria e serviços, que concentram uma elevada proporção de mão-de-obra estrangeira (Oliveira, 2023, p. 151).

Contudo, estas dinâmicas coexistem com fortes pressões estruturais no mercado habitacional. Em Lisboa, a taxa de sobrelotação atinge 14,8% em média, mas sobe para 28,1% em freguesias centrais como Santa Maria Maior (EAPN Portugal, 2024). Esta pressão tem contribuído para processos de deslocação progressiva para a periferia da Área Metropolitana de Lisboa, onde municípios como Odivelas, Amadora, Cascais, Loures e Sintra registam já proporções elevadas de residentes estrangeiros (OM, 2026). Este processo tem vindo a redefinir a geografia da imigração na região, com impacto direto nas condições de integração e estabilidade residencial.

3.3. Dinâmicas sectoriais e inserção laboral

A inserção laboral da comunidade nepalesa em Portugal ocorre num contexto económico fortemente marcado pelo predomínio do setor dos serviços, particularmente nas áreas metropolitanas e em zonas de elevada pressão turística como Lisboa. De acordo com o Observatório Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa (EAPN Portugal, 2024), cerca de 82,93% da população empregada na capital encontra-se integrada no setor terciário, evidenciando a centralidade estrutural dos serviços na economia urbana. Esta concentração torna-se ainda mais expressiva em freguesias centrais e fortemente

são estritamente correspondentes. Enquanto a AIMA contabiliza exclusivamente os cidadãos que já obtiveram formalmente o estatuto legal de residente, a Segurança Social regista a inscrição laboral ativa e as respetivas contribuições obrigatórias. Face aos fluxos de acolhimento e aos prazos associados aos processos de regularização documental em Portugal, o contingente de trabalhadores estrangeiros com registo de descontos ativos tende, frequentemente, a superar o número de indivíduos com título de residência emitido, refletindo o hiato cronológico entre a inserção efetiva no mercado de trabalho e a respetiva formalização jurídica.

associadas à atividade turística, como Santo António (85,79%) e Avenidas Novas (86,22%), onde o comércio, a restauração, o alojamento e outros serviços constituem o núcleo dominante da estrutura económica local.

Neste enquadramento, o mercado de trabalho lisboeta caracteriza-se por uma forte segmentação ocupacional, em que coexistem setores altamente qualificados e segmentos marcados por maior precariedade, rotatividade e baixa remuneração. É precisamente neste segundo segmento que se insere de forma mais evidente uma parte expressiva da força de trabalho migrante, incluindo a comunidade nepalesa, cuja presença tem vindo a ganhar relevância num conjunto específico de atividades económicas (Oliveira, 2023, p. 151).

De acordo com dados da Segurança Social (2025), encontravam-se registados 50.615 trabalhadores de nacionalidade nepalesa em Portugal. No mesmo ano, o seu contributo para o sistema de Segurança Social ascendeu a aproximadamente 180,42 milhões de euros. Este volume de receitas evidencia não apenas a sua integração laboral, mas também a sua relevância crescente para a sustentabilidade do sistema previdencial português, na medida em que a população migrante apresenta tradicionalmente um saldo líquido altamente positivo, caracterizado por elevados contributos fiscais e por um escasso recurso a prestações e apoios sociais (Oliveira, 2023, p. 202).

Esta integração traduz-se também numa estrutura de vínculos laborais fortemente dependente de trabalho por conta de outrem. Em 2025, registavam-se 74.843 contratos associados a cidadãos nepaleses, dos quais 73.807 correspondiam a trabalho subordinado e apenas 1.036 a trabalho independente (Segurança Social, 2025). Este desfasamento considerável entre o número total de trabalhadores (50.615) e o volume de contratos ativos (74.843) constitui um indicador da existência de múltiplos vínculos laborais por parte de uma parcela destes trabalhadores, podendo refletir fenómenos de pluriatividade ou elevada mobilidade entre contratos. Deste padrão decorre uma inserção laboral pouco diversificada em termos de autonomia económica, com reduzida expressão de empreendedorismo ou autoemprego (Peixoto, 2019).

A análise setorial da distribuição do emprego confirma este padrão de concentração. Embora os dados oficiais da Segurança Social por setor de atividade (CAE) estejam apenas disponíveis à escala nacional para esta nacionalidade, esta distribuição serve como

um indicador aproximado (*proxy*) e representativo da realidade observada em Lisboa. Como ilustrado na Figura 2, o setor do alojamento e restauração constitui o principal espaço de inserção laboral da comunidade nepalesa, com 26.212 trabalhadores. Seguem-se a agricultura, floresta e pesca, com 13.801 trabalhadores, e as atividades administrativas e dos serviços de apoio, com 7.016 trabalhadores (Segurança Social, 2025). Esta distribuição evidencia uma forte concentração em setores geralmente associados a funções operacionais e a menores barreiras formais de entrada no mercado de trabalho.

FIGURA 2

Distribuição dos Trabalhadores Nepaleses em Portugal por Setor de Atividade Económica (CAE) em 2025

Fonte: Retirado de *Pessoas de Nacionalidade Estrangeira – Contribuições Pagas, por Ano e Distrito de Residência,* Instituto de Informática, I. P. / Segurança Social (2025).

Esta concentração setorial deve ser entendida não apenas como resultado da estrutura do mercado de trabalho português (Peixoto, 2019), mas também como consequência de mecanismos sociais de acesso ao emprego. O recrutamento inicial ocorre frequentemente através de redes migratórias baseadas em contactos familiares, comunitários ou coétnicos,

que facilitam a inserção em setores com elevada procura de mão de obra e reduzidas barreiras de entrada (Zhang et al., 2023).

Neste sentido, a integração económica da comunidade nepalesa deve ser compreendida à luz do conceito de capital social intracomunitário (*bonding social capital*), proposto por Ager e Strang (2008). Embora este modelo tenha sido originalmente desenvolvido no âmbito da integração de refugiados, a sua aplicação revela-se altamente operacional neste contexto, na medida em que permite identificar os diferentes níveis de contribuição das redes migratórias. Assim, o modelo sublinha a importância das relações densas dentro do próprio grupo como um elemento facilitador da inserção inicial no país de acolhimento. Em paralelo, estas dinâmicas articulam-se com formas de capital social mais amplas (*linking social capital*), através das quais associações e estruturas formais permitem a mediação entre migrantes e instituições locais. Este dinamismo associativo funciona como um mecanismo crucial de empoderamento, sendo a participação comunitária um fator determinante para lidar com a desigualdade e a vulnerabilidade que marcam a inserção em contextos urbanos (Zhang et al., 2023).

Para além da dimensão laboral, a comunidade nepalesa tem vindo a desenvolver estruturas associativas que desempenham um papel relevante na sua organização social e na sua visibilidade pública em Lisboa. Organizações como a *Non-Resident Nepali Association Portugal* (NRNA Portugal) e a *NIALP – Associação Intercultural (Nepalese Intercultural Association Lisboa Portugal)* funcionam como intermediárias institucionais entre migrantes e estruturas locais portuguesas, promovendo apoio informativo, mediação administrativa e dinamização comunitária. Estas associações constituem, assim, uma dimensão central dos processos de integração social e de construção de pertença urbana.

4. METODOLOGIA

A presente investigação adota uma estratégia de métodos mistos. Esta abordagem pressupõe a recolha e análise simultânea de dados quantitativos e qualitativos ao longo do mesmo ciclo de pesquisa, permitindo que ambas as componentes reforcem mutuamente a validação, a complementaridade e a profundidade dos resultados (Creswell & Plano Clark, 2017). A articulação destas técnicas na análise dos processos de integração

da comunidade nepalesa em Lisboa decorre da própria complexidade intrínseca ao fenómeno migratório e da natureza multidimensional da inserção social, a qual convoca e cruza eixos económicos, institucionais, relacionais e espaciais. Conforme salienta Collares (2013), um dos maiores desafios das ciências sociais reside na articulação virtuosa entre a teoria e a empiria para desvendar os mecanismos da ação social. Neste sentido, a utilização combinada de diferentes métodos de recolha e análise de dados visa superar as limitações de uma abordagem unilinear, permitindo desenvolver uma compreensão mais abrangente das experiências migratórias da população nepalesa no contexto urbano lisboeta.

A integração de populações migrantes constitui um fenómeno multidimensional, dificilmente captável através de um único indicador. Se, por um lado, dimensões estruturais como o emprego, o rendimento ou a situação habitacional beneficiam de uma aproximação quantitativa e estatística, por outro lado, aspetos dinâmicos como as redes de sociabilidade, as estratégias de adaptação quotidiana, o sentimento de pertença e o capital social exigem abordagens qualitativas capazes de captar as subjetividades, os discursos e as práticas vividas. Assim, a complementaridade metodológica responde à necessidade de articular diferentes níveis de análise, permitindo relacionar tendências gerais e padrões de inserção macro com as vivências e perceções individuais e institucionais micro.

A vertente quantitativa da investigação assume um carácter exploratório e assenta numa lógica bidimensional que articula dados secundários e primários. Numa primeira fase, recorre-se à análise documental e estatística de dados secundários provenientes dos relatórios oficiais de migrações da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), essenciais para contextualizar a evolução demográfica e o enquadramento macro da comunidade nepalesa em Portugal. Numa segunda fase, a recolha de dados primários concretiza-se através da aplicação de um inquérito por questionário dirigido a membros da comunidade nepalesa residentes no município Lisboa. Como defendem Santos e Henriques (2021), as opções metodológicas de um investigador são inevitavelmente moldadas por fatores pragmáticos estruturantes, tais como a extensão do estudo, os custos envolvidos e o tempo disponível para a sua realização. No âmbito de uma dissertação de mestrado com um horizonte temporal delimitado de seis meses para o trabalho de campo,

o recurso ao questionário online revelou-se a solução metodológica mais eficaz para mapear de forma ágil as tendências deste fluxo (Santos & Henriques, 2021).

O questionário foi desenhado para recolher informação sobre o perfil sociodemográfico dos inquiridos, trajetórias migratórias, inserção laboral, condições de habitabilidade e redes de apoio informal (ver Anexo 4). De modo a assegurar o rigor métrico e a fiabilidade dos dados, aspetos críticos apontados por Collares (2013) na produção de dados estatísticos de qualidade nas ciências humanas, parte significativa dos itens utilizados foi adaptada de instrumentos validados internacionalmente, designadamente do *European Social Survey* (ESS Round 12, 2025), com especial foco nos módulos constitutivos (*core*) direcionados para a avaliação da confiança social (*social trust*), frequência de interações sociais e perceção de bem-estar subjetivo. A recolha fixou-se numa amostra final de 61 respondentes (N=61)[5]. De forma a minimizar potenciais barreiras linguísticas, o questionário foi disponibilizado em inglês e nepalês. A sua divulgação ocorreu online, através de contactos comunitários e redes sociais frequentadas pela comunidade nepalesa residente em Lisboa.

Por sua vez, a componente qualitativa da investigação foca-se na auscultação de informadores privilegiados e atores institucionais-chave, assentando na realização de três entrevistas semiestruturadas (ver Anexo 3). Estas envolveram quatro participantes (n=4), incluindo representantes diplomáticos da Embaixada do Nepal em Portugal e ativistas comunitários diretamente ligados à comunidade nepalesa residente em Portugal. Estas interações visam aprofundar dimensões menos visíveis no questionário, tais como os desafios burocráticos de regularização, as barreiras institucionais, o papel das redes de apoio informal no acolhimento e os mecanismos de mediação cultural.

De modo a respeitar a agência, a disponibilidade laboral e os requisitos de confidencialidade dos respondentes, o desenho qualitativo adaptou-se com flexibilidade às contingências do terreno, assumindo formatos diferenciados de recolha. Realizou-se uma entrevista presencial conjunta com dois representantes diplomáticos da Embaixada

[5] Embora o questionário tenha sido dirigido à comunidade nepalesa residente no município de Lisboa, três participantes reportaram residência fora do concelho (Moscavide, Queluz e Setúbal). Considerando que representam apenas 4,9% da amostra total (n=3) e que estes territórios se encontram funcionalmente integrados nas dinâmicas laborais, sociais e comunitárias da Área Metropolitana de Lisboa, optou-se pela manutenção das respetivas respostas na análise. Esta opção é igualmente discutida na secção de análise dos resultados enquanto limitação metodológica de reduzida expressão.

do Nepal em Portugal, conduzida sob a forma de conversação livre sem gravação áudio por motivos de protocolo. Este encontro foi metodologicamente salvaguardado através do registo escrito detalhado de notas de campo elaboradas imediatamente após a entrevista. Paralelamente, devido a restrições de agenda dos informantes associativos, três das entrevistas programadas foram formalizadas por escrito, em regime assíncrono, garantindo aos participantes o tempo necessário para uma reflexão ponderada sobre as dinâmicas complexas da integração comunitária. O quadro de informadores institucionais encontra-se estruturado na Tabela II.

TABELA II

DADOS SOBRE ENTREVISTAS

Entrevistados	Data	Área de atuação/trabalho	Formato
E1	02/06/2026	Chefe de Missão da Embaixada do Nepal em Portugal	Presencial (entrevista conjunta)
E2	02/06/2026	Secretário da Embaixada do Nepal em Portugal	Presencial (entrevista conjunta)
E3	11/06/2026	Jornalista e ativista comunitário	Escrita
E4	14/06/2026	Jornalista e ativista comunitária	Escrita

Fonte: Elaboração Própria

Complementarmente, a investigação incorpora uma dimensão transversal de observação informal de campo. Ao longo do processo de recolha de dados, foram frequentados e observados espaços de centralidade comunitária, tais como estabelecimentos comerciais, restaurantes e eventos socioculturais ligados à presença nepalesa em Lisboa. Embora não se configure como uma etnografia sistemática, esta imersão metodológica assume o que Lareau (2021) define como a natureza emergente e adaptativa do processo de investigação qualitativa, onde o contacto direto, a escuta ativa

e a presença contínua no terreno ajudam a densificar os dados empíricos. Esta proximidade permitiu observar dinâmicas relacionais e quotidianas que as ferramentas estruturadas tendem a captar com maior dificuldade, revelando-se fundamental num contexto onde os laços de confiança e o capital social informal desempenham um papel central na circulação de informação e oportunidades.

A própria estratégia de acesso ao terreno reflete a importância das redes de capital social. O recrutamento de participantes para o questionário e o agendamento das entrevistas institucionais dependeram estritamente de lógicas de mediação comunitária e de redes informais de confiança. Assim, a mobilização da técnica de amostragem não probabilística em bola de neve (*snowball sampling*) não decorre apenas de contingências práticas. Como salvaguarda Sharma (2020), a amostragem em bola de neve constitui uma abordagem amplamente utilizada e metodologicamente adequada para o estudo de populações de difícil acesso ou socialmente resguardadas, articulando-se com a própria estrutura relacional da comunidade nepalesa em Lisboa, fortemente alicerçada em vínculos de entreajuda e redes de suporte intracomunitárias.

Os procedimentos de tratamento e análise de dados foram operacionalizados em função da natureza das fontes. Os dados quantitativos recolhidos via questionário foram organizados numa base de dados matriz e processados com o recurso a ferramentas de análise estatística (Microsoft Excel), procedendo-se a uma leitura estatística descritiva (frequências absolutas e percentuais), alinhada com as diretrizes formais para a análise exploratória de dados quantitativos em desenhos mistos (Creswell & Plano Clark, 2017).

Por sua vez, os dados qualitativos recolhidos, constituídos pelas respostas textuais das entrevistas escritas, pelas notas de campo estruturadas da entrevista diplomática e pelos registos da observação informal, foram submetidos a uma Análise de Conteúdo Temática de caráter manual. Este procedimento metodológico seguiu de perto as etapas sistemáticas e recursivas propostas por Braun e Clarke (2006): familiarização com os dados através de leitura flutuante, geração de códigos iniciais, identificação de temas recorrentes e revisão temática. A análise foi conduzida de forma predominantemente dedutiva, sendo os dados organizados em torno das categorias analíticas previamente definidas no enquadramento teórico da investigação. Estas incluíram os domínios de integração identificados por Ager e Strang (2008), particularmente emprego, habitação e ligações sociais, bem como as

diferentes formas de capital social (*bonding, bridging* e *linking*) observáveis nos processos de inserção da comunidade nepalesa em Lisboa.

Importa, por fim, reconhecer as limitações inerentes ao desenho metodológico proposto. Conforme amplamente discutido na literatura de metodologia sociológica (Collares, 2013; Sharma, 2020), a utilização de uma amostragem não probabilística baseada na técnica de bola de neve inviabiliza a generalização estatística estrita dos resultados para a totalidade da população nepalesa em território nacional. Adicionalmente, as barreiras linguísticas e as exigentes jornadas laborais que caracterizam uma parte expressiva desta vaga migratória configuram constrangimentos reais à taxa de resposta e à profundidade das interações, introduzindo enviesamentos comuns na pesquisa social com migrantes (Santos & Henriques, 2021). Contudo, tais limitações não comprometem os objetivos centrais da dissertação. O estudo não ambiciona a representatividade estatística total, mas sim a compreensão aprofundada de tendências, lógicas de ação e mecanismos relacionais de integração num contexto urbano específico. A triangulação metodológica assegurada pelo design misto (Creswell & Plano Clark, 2017) confere, assim, a robustez, a validade interna e o rigor científico necessários à presente dissertação de mestrado.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo destina-se à apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos através da estratégia metodológica mista adotada nesta investigação. De forma a responder às hipóteses delineadas, que procuram compreender o impacto das dinâmicas do mercado de trabalho e da habitação na integração (H1), bem como o papel do capital social e do associativismo na mobilidade dos migrantes nepaleses (H2), os resultados quantitativos obtidos através do inquérito por questionário (N=61) serão articulados de forma complementar e convergente com os discursos qualitativos emersos das entrevistas semiestruturadas realizadas.

5.1. Caracterização dos Participantes

TABELA III

Caracterização Sociodemográfica dos Participantes (N=61)

Variável	Categoria	N	%
Idade[6]	Média	30,0	—
	Mínimo–Máximo	20–46	—
Género	Masculino	39	63,9
	Feminino	22	36,1
Estado civil	Solteiro	32	53,3
	Casado	23	38,3
	Outros	5	8,4
Escolaridade	Ensino Secundário Superior (+2)[7]	30	49,2
	Ensino Secundário	14	23,0
	Licenciatura	13	21,3
	Outros	4	6,5
Situação profissional	Trabalhador por conta de outrem	48	78,7
	Trabalhador independente	6	9,8
	Negócio familiar	6	9,8
	Outro	1	1,6
Ano de chegada a Lisboa	Média	2021,7	—
	Mediana	2022	—

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do questionário.

[6] A idade foi calculada com base em 56 respostas válidas, devido à existência de respostas omissas nesta variável.

[7] A categoria "Ensino Secundário Superior (+2)" corresponde ao sistema educativo nepalês *Higher Secondary Education* (Grades 11 e 12), frequentemente designado como sistema "10+2". Embora seja aqui apresentada como categoria equivalente ao ensino secundário superior, a sua estrutura e organização diferem parcialmente das existentes no sistema educativo português.

Como se observa na Tabela III, em termos de género, verifica-se uma predominância masculina na amostra, o que poderá refletir a natureza predominantemente laboral de muitos dos percursos migratórios observados. Relativamente à idade, os participantes apresentam uma média etária de 30 anos, variando entre os 20 e os 46 anos. Este perfil revela uma amostra predominantemente jovem e em idade ativa, característica frequentemente associada a projetos migratórios orientados para a inserção profissional e melhoria das condições de vida.

Quanto ao estado civil, verifica-se uma predominância de indivíduos solteiros, seguindo-se os participantes casados. No que respeita às qualificações académicas, destaca-se a predominância de indivíduos com ensino secundário superior (+2), observando-se igualmente uma proporção relevante de participantes com formação universitária. Estes dados sugerem níveis de escolarização relativamente diversificados no seio da comunidade analisada.

Em termos de situação profissional, a maioria dos respondentes encontra-se empregada por conta de outrem, verificando-se também a presença de trabalhadores independentes e de indivíduos envolvidos em negócios familiares. Este padrão evidencia uma elevada participação dos inquiridos no mercado de trabalho, aspeto que será aprofundado nas secções subsequentes.

A análise do ano de chegada a Lisboa demonstra o caráter recente deste fluxo migratório. A mediana de chegada situa-se em 2022, confirmando que uma parte substancial dos participantes se estabeleceu na cidade nos últimos anos. Este padrão acompanha a tendência de crescimento acelerado da imigração nepalesa em Portugal observada durante a última década.

Relativamente ao estatuto legal, verifica-se que a larga maioria dos participantes possui autorização de residência temporária (85,2%), enquanto apenas uma pequena proporção dispõe de residência permanente ou cidadania portuguesa. Este resultado reforça o caráter relativamente recente da presença desta comunidade em Lisboa e sugere que muitos dos inquiridos permanecem ainda em fases intermédias dos seus processos de integração institucional. À luz do modelo de Ager e Strang (2008), a estabilidade documental constitui um importante facilitador do acesso ao emprego, à habitação e aos

serviços públicos, assumindo-se como um recurso central para a consolidação dos projetos migratórios.

No que respeita à distribuição territorial, observa-se uma concentração significativa dos participantes em freguesias centrais da cidade de Lisboa, destacando-se Arroios (n=21), Santa Maria Maior (n=14) e Penha de França (n=10). Este padrão acompanha tendências identificadas na literatura sobre imigração em Lisboa, refletindo a procura por áreas caracterizadas pela proximidade aos locais de trabalho, pela existência de redes comunitárias previamente estabelecidas e por uma maior disponibilidade de alojamento acessível para populações migrantes recentemente instaladas.

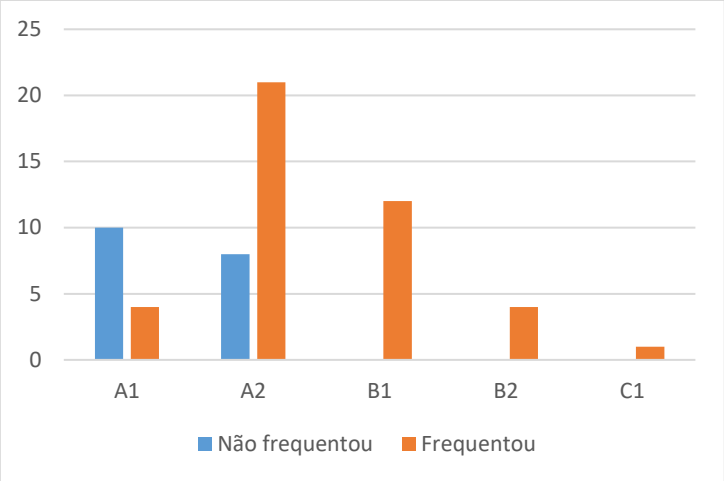
5.2. Integração Económica, Linguística e Habitacional

Os resultados obtidos sugerem uma integração socioeconómica relativamente consolidada da comunidade nepalesa inquirida, embora marcada por constrangimentos estruturais que limitam a plena estabilidade dos percursos de integração. De acordo com o modelo multidimensional de integração de Ager e Strang (2008), o acesso ao emprego, à habitação e à aquisição de competências linguísticas constitui um conjunto de indicadores centrais para avaliar o grau de integração dos migrantes nas sociedades de acolhimento.

No que respeita às competências linguísticas, observa-se uma predominância de níveis básicos de proficiência em língua portuguesa entre os participantes. Contudo, os dados sugerem uma associação positiva entre a frequência de aulas de português e níveis mais elevados de proficiência. Enquanto os participantes sem formação linguística se concentram sobretudo nos níveis iniciais, aqueles que frequentaram cursos de português apresentam uma distribuição mais diversificada, incluindo níveis intermédios e avançados. Este resultado reforça a importância da aprendizagem da língua enquanto facilitador dos processos de integração, em linha com o modelo de Ager e Strang (2008).

FIGURA 3

Relação entre Frequência de Aulas de Português e Nível de Proficiência Linguística



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do questionário.

Nota: A1, A2, B1, B2, C1 e C2 correspondem aos níveis de proficiência do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR), sendo A1 e A2 níveis de utilizador elementar, B1 e B2 níveis de utilizador independente e C1 e C2 níveis de utilizador proficiente.

Relativamente à inserção laboral, os dados revelam uma forte participação da população inquirida no mercado de trabalho. Cerca de 78,7% dos participantes encontram-se empregados por conta de outrem, verificando-se apenas uma reduzida proporção de trabalhadores independentes ou envolvidos em negócios familiares. Esta elevada taxa de participação profissional sugere uma integração económica relativamente consolidada, particularmente quando considerada a natureza recente da maioria dos percursos migratórios observados. Neste sentido, os dados obtidos são consistentes com a primeira hipótese de investigação (H1).

A análise dos setores de atividade evidencia igualmente uma concentração significativa em áreas específicas da economia urbana lisboeta. As respostas fornecidas pelos participantes indicam uma predominância de ocupações ligadas à restauração, hotelaria, turismo e serviços, incluindo funções como cozinheiro, empregado de mesa, bartender, rececionista, trabalhador de hostel e apoio ao cliente. Embora se observe a presença de alguns pequenos empresários, motoristas ou profissionais da área da estética,

o padrão dominante aponta para uma inserção laboral fortemente concentrada em setores caracterizados por elevada intensidade de mão-de-obra e reduzidas barreiras de entrada. Este resultado encontra-se alinhado com a literatura sobre segmentação dos mercados de trabalho migrantes e é consistente com a componente da segmentação ocupacional proposta na Hipótese 1 (H1).

Importa igualmente destacar o papel desempenhado pelas redes comunitárias no acesso ao emprego. Quando questionados sobre o contexto laboral, 62,7% dos participantes afirmam trabalhar com ou para outros nepaleses. Entre aqueles que responderam a questões mais detalhadas sobre a composição do local de trabalho, metade refere que a maioria dos seus colegas também possui origem nepalesa. Estes resultados sugerem que as redes étnicas desempenham uma função relevante na integração laboral inicial, funcionando como mecanismos de apoio, partilha de informação e facilitação do acesso ao emprego.

Apesar desta concentração setorial, os participantes tendem a avaliar de forma relativamente positiva a adequação entre o trabalho desempenhado e as suas qualificações. A média registada nesta dimensão foi de 3,77 numa escala de 1 a 5, sugerindo que uma parte significativa dos inquiridos considera existir alguma correspondência entre as competências adquiridas e as funções atualmente exercidas. Este resultado poderá indicar trajetórias de inserção económica relativamente estáveis, embora não permita excluir situações de sobrequalificação frequentemente observadas em populações migrantes.

No domínio habitacional, os resultados revelam um cenário mais ambivalente. Embora a satisfação com as condições de habitação apresente uma média de 3,54 numa escala de 1 a 5, persistem indicadores relevantes de vulnerabilidade residencial. Apenas 13,1% dos participantes referem viver em habitação própria, enquanto a maioria se encontra em situações de arrendamento. Particularmente significativo é o facto de 44,3% dos inquiridos afirmarem arrendar apenas um quarto, situação frequentemente associada a estratégias de contenção de custos habitacionais em contextos urbanos de elevada pressão imobiliária.

A composição dos agregados domésticos reforça esta interpretação. A maioria dos participantes reside em habitações partilhadas por quatro ou cinco pessoas e 95,1%

indicam viver com outros nepaleses. Além disso, apenas uma pequena proporção vive sozinha, predominando situações de coabitação com familiares, parentes ou pessoas sem laços familiares diretos. Estes resultados sugerem a existência de estratégias coletivas de adaptação ao mercado habitacional lisboeta, nas quais a partilha de alojamento surge como mecanismo de redução de encargos financeiros e reforço do apoio mútuo.

Apesar destas estratégias, vários indicadores apontam para condições habitacionais potencialmente precárias. Entre os problemas reportados, destaca-se a presença de humidade ou mofo, mencionada por 45,8% dos participantes, seguindo-se problemas relacionados com temperaturas extremas e ruído. Embora uma parte considerável dos inquiridos declare não enfrentar problemas habitacionais relevantes, a prevalência destes constrangimentos, associada à avaliação relativamente baixa da capacidade para suportar os custos habitacionais (média = 2,70 numa escala de 1 a 5), sugere que o acesso a habitação adequada continua a constituir uma das principais fragilidades do processo de integração (ver Anexo 6). Este resultado é consistente com a formulação da Hipótese 1 (H1), segundo a qual a integração económica da comunidade nepalesa poderá coexistir com vulnerabilidades residenciais que limitam a estabilidade social dos migrantes.

Globalmente, os resultados quantitativos oferecem suporte parcial à primeira hipótese de investigação (H1). Por um lado, verifica-se uma integração laboral relativamente sólida, caracterizada por elevados níveis de participação económica e pelo importante papel das redes comunitárias no acesso ao emprego. Por outro lado, persistem desafios significativos ao nível da habitação e da integração linguística, fatores que podem limitar a estabilidade social e a consolidação plena dos percursos de integração da comunidade nepalesa em Lisboa.

5.3. Associativismo, Capital Social e Sentimento de Pertença

Os resultados obtidos evidenciam a importância das redes sociais e dos mecanismos de apoio comunitário nos processos de integração da comunidade nepalesa em Lisboa. De acordo com Ager e Strang (2008), as ligações sociais constituem uma dimensão central da integração, podendo assumir diferentes formas através das relações estabelecidas no interior da comunidade migrante (*bonding*), com a sociedade de acolhimento (*bridging*) e com instituições formais (*linking*). Neste contexto, os dados

recolhidos permitem compreender de que forma estas diferentes dimensões do capital social influenciam a experiência migratória dos participantes e analisar em que medida os dados obtidos são consistentes com a segunda hipótese de investigação (H2).

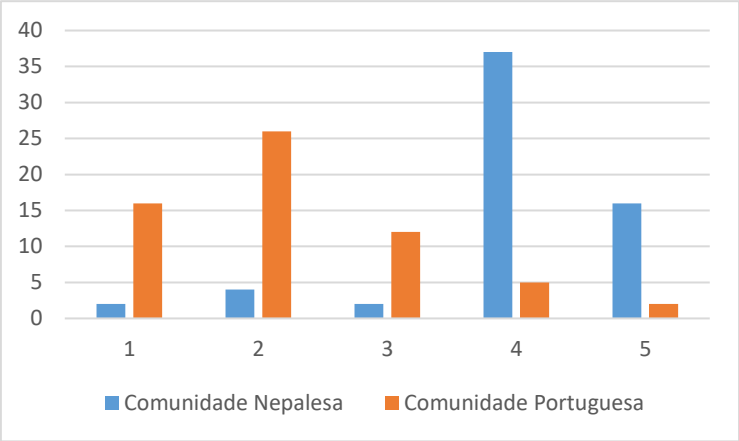
No que respeita às relações intracomunitárias, os resultados revelam uma forte centralidade da comunidade nepalesa na vida quotidiana dos participantes. Cerca de 95,1% dos inquiridos afirmam residir com outros cidadãos nepaleses e 80,3% indicam interagir diariamente com membros da sua comunidade. Paralelamente, o apoio recebido da comunidade nepalesa apresenta uma avaliação média de aproximadamente 4 numa escala de 1 a 5, constituindo um dos indicadores de integração social mais elevados nesta escala (ver Anexo 6). Estes resultados sugerem a existência de fortes mecanismos de *bonding*, através dos quais os migrantes mobilizam apoio emocional, informação e recursos práticos no processo de adaptação ao contexto de acolhimento.

A relevância destas redes torna-se particularmente evidente quando analisada em conjunto com os resultados relativos à integração económica e habitacional. Como observado anteriormente, uma parte significativa dos participantes trabalha com outros nepaleses e reside em alojamentos partilhados com membros da mesma comunidade. Neste sentido, as redes intracomunitárias parecem desempenhar um papel que ultrapassa a simples preservação identitária ou cultural, funcionando como mecanismos concretos de integração e de acesso a oportunidades. Estes resultados são consistentes com a segunda hipótese de investigação (H2), segundo a qual o capital social comunitário desempenha uma função relevante na integração da comunidade nepalesa em Lisboa.

Paralelamente, os dados revelam também níveis relativamente elevados de contacto com a sociedade de acolhimento. Cerca de 70,5% dos participantes afirmam interagir diariamente com portugueses ou indivíduos de outras nacionalidades. Contudo, esta proximidade relacional não se traduz necessariamente em níveis equivalentes de apoio social. Enquanto o apoio recebido da comunidade nepalesa apresenta valores elevados, o apoio proveniente de portugueses ou de outras comunidades regista uma média substancialmente inferior, situada em aproximadamente 2,2 numa escala de 1 a 5.

FIGURA 4

Distribuição da variável Apoio Social Recebido da Comunidade Nepalesa e da Sociedade de Acolhimento (1 = nunca, 5 = muito frequentemente)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do questionário.

A Figura 4 evidencia uma diferença substancial entre o apoio recebido da comunidade nepalesa e o apoio proveniente da sociedade de acolhimento. Enquanto a maioria dos participantes concentra as suas respostas nos níveis mais elevados de apoio relativamente à comunidade nepalesa, o apoio recebido de portugueses ou de membros de outras comunidades tende a situar-se nos níveis mais baixos da escala. Estes resultados sugerem que, embora os contactos interculturais sejam frequentes, as redes de suporte efetivo permanecem predominantemente ancoradas na comunidade nepalesa. À luz do modelo de Ager e Strang (2008), este padrão indica um predomínio das relações de *bonding social capital* face às ligações de *bridging social capital*, sendo consistente com a segunda hipótese de investigação (H2).

A análise das relações com instituições formais permite aprofundar esta interpretação. Quando questionados sobre a facilidade de acesso e a satisfação com diferentes serviços públicos, os participantes avaliam de forma mais favorável os transportes públicos e os serviços bancários. Em contraste, os serviços de imigração (AIMA) apresentam os níveis mais reduzidos de acessibilidade e satisfação, enquanto os serviços de saúde evidenciam igualmente avaliações menos favoráveis do que os restantes serviços analisados (ver Anexo 5). Este padrão sugere que os principais obstáculos institucionais experienciados

pela comunidade não se encontram necessariamente associados à utilização dos serviços urbanos quotidianos, mas antes aos procedimentos administrativos e burocráticos inerentes aos processos migratórios. Neste contexto, os resultados reforçam a importância do *linking social capital* enquanto mecanismo de mediação entre migrantes e instituições formais, sugerindo que a capacidade de navegar eficazmente estruturas administrativas complexas continua a depender, em muitos casos, do apoio de redes comunitárias e de intermediários informais.

A importância desta mediação institucional torna-se particularmente relevante quando observada em conjunto com os resultados relativos à proficiência linguística. Conforme discutido anteriormente e ilustrado na Figura 3, a maioria dos participantes situa-se nos níveis básicos de português (A1 ou A2). Apesar de uma parte significativa dos inquiridos ter frequentado cursos de língua portuguesa, estas limitações linguísticas podem dificultar a navegação autónoma pelas estruturas administrativas do país de acolhimento, reforçando a dependência de redes comunitárias e mecanismos informais de apoio.

Por outro lado, os resultados relativos ao associativismo revelam uma participação relativamente limitada em organizações formais da comunidade nepalesa. Apenas cerca de 23% dos participantes afirmam pertencer a alguma associação. Este resultado sugere que o papel do associativismo formal na integração poderá ser menos expressivo do que inicialmente previsto, assumindo maior relevância as redes informais de sociabilidade e entreajuda. Ainda assim, a reduzida participação formal não significa necessariamente ausência de influência institucional, uma vez que associações e lideranças comunitárias podem desempenhar funções de mediação que beneficiam um conjunto mais alargado de migrantes, incluindo indivíduos que não são membros formais dessas organizações.

Esta interpretação é reforçada pelos resultados relativos ao sentimento de pertença. Quando questionados sobre o grau em que se sentem parte da sociedade portuguesa, os participantes apresentaram uma média de 2,83 numa escala de 1 a 5. Embora este valor não indique rejeição ou afastamento da sociedade de acolhimento, sugere uma identificação ainda moderada com o contexto social português. Em conjunto, os resultados apontam para um processo de integração caracterizado por uma forte inserção comunitária interna, por relações interculturais frequentes, mas relativamente superficiais e por uma pertença social em construção.

As respostas abertas do questionário permitem aprofundar esta interpretação. Para além das referências frequentes a dificuldades burocráticas, atrasos nos processos documentais e obstáculos linguísticos, vários participantes mencionaram experiências de discriminação e dificuldades no estabelecimento de relações sociais com membros da sociedade de acolhimento. Alguns inquiridos relataram sentimentos de exclusão associados à sua origem nacional, bem como a perceção de que a sua integração social é condicionada por estereótipos e desconhecimento relativamente ao Nepal. Embora estas experiências não tenham sido referidas pela maioria dos participantes, a sua recorrência sugere que fatores relacionados com reconhecimento social e aceitação podem contribuir para explicar os níveis apenas moderados de pertença identificados anteriormente.

Globalmente, os resultados quantitativos são consistentes com a segunda hipótese de investigação (H2), ainda que apontem para um papel mais relevante das redes informais de apoio do que do associativismo formal. As redes sociais da comunidade nepalesa desempenham um papel central na integração quotidiana dos participantes, funcionando como importantes mecanismos de apoio, mediação e acesso a recursos. Contudo, a participação em associações formais revelou-se relativamente reduzida, sugerindo que estes processos de integração assentam sobretudo em redes informais de sociabilidade e entreajuda. Os dados sugerem igualmente que a expansão das relações para além dos círculos comunitários e o fortalecimento das ligações institucionais continuam a constituir desafios relevantes para a consolidação de uma integração social mais profunda e duradoura.

5.4. Perspetivas Institucionais e Comunitárias

A análise temática das entrevistas permitiu aprofundar os resultados obtidos através do questionário, evidenciando três aspetos centrais dos processos de integração da comunidade nepalesa em Lisboa: a inserção laboral e habitacional, o papel das redes comunitárias e os desafios associados ao acesso a instituições e direitos. De forma geral, os testemunhos recolhidos corroboram os padrões identificados na análise quantitativa, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos que sustentam os percursos de integração observados.

Os entrevistados convergem na identificação das oportunidades económicas como principal fator impulsionador da migração nepalesa para Portugal. Os representantes da Embaixada do Nepal (E1/E2) referiram que a procura de melhores salários, oportunidades de emprego e condições favoráveis ao sustento e reunificação familiar constitui uma das principais motivações para a mobilidade internacional dos cidadãos nepaleses. De forma semelhante, E3 e E4 destacaram a forte presença da comunidade nepalesa em setores como a restauração, hotelaria, agricultura e outros serviços de baixa qualificação. Estes testemunhos corroboram os resultados quantitativos, que evidenciaram uma elevada participação dos inquiridos no mercado de trabalho e uma concentração significativa em atividades ligadas à restauração, hotelaria e serviços. À luz do modelo de integração de Ager e Strang (2008), estes resultados sugerem uma integração económica relativamente consolidada, embora marcada por processos de segmentação ocupacional frequentemente associados às populações migrantes.

Apesar desta inserção laboral relativamente bem-sucedida, os entrevistados identificaram a habitação como um dos principais obstáculos à integração. Tanto E3 como E4 referiram dificuldades de acesso ao mercado de arrendamento, situações de sobrelotação habitacional e constrangimentos decorrentes da elevada pressão imobiliária existente na cidade de Lisboa. Esta realidade ajuda a contextualizar os resultados quantitativos anteriormente apresentados, nomeadamente a elevada proporção de participantes que arrendam apenas um quarto e residem em habitações partilhadas.

> "While the minimum wage is around €920 per month, the rent for a basic one-bedroom apartment often exceeds €1,000 per month." (E3)

Esta observação evidencia o desfasamento existente entre rendimentos e custos habitacionais, contribuindo para explicar as estratégias de coabitação identificadas no questionário. Neste sentido, a análise qualitativa sugere que a participação no mercado de trabalho não elimina necessariamente situações de vulnerabilidade residencial, sendo consistente com a primeira hipótese de investigação (H1).

Outro tema recorrente nas entrevistas foi a importância das redes comunitárias nepalesas nos processos de integração. E3 e E4 destacaram o papel desempenhado por

familiares, amigos, associações e contactos informais no apoio aos recém-chegados, particularmente na procura de emprego, alojamento e informação sobre procedimentos administrativos.

> "Friends and family act as frontline responders. They help new arrivals secure immediate housing, find employment and navigate the basics of their new environment." (E4)

Esta observação encontra-se em consonância com os resultados quantitativos que demonstraram níveis elevados de apoio recebido da comunidade nepalesa e uma forte concentração das relações quotidianas no interior da própria comunidade. Os testemunhos recolhidos sugerem que estas redes desempenham funções que ultrapassam a mera preservação cultural ou identitária, constituindo importantes mecanismos de acesso a recursos, oportunidades e informação. Assim, os resultados sugerem que o *bonding* desempenha um papel relevante nos processos de integração da comunidade nepalesa, sendo consistentes com a segunda hipótese de investigação (H2).

Contudo, as entrevistas permitiram igualmente identificar algumas limitações associadas à dependência destas redes comunitárias. Os representantes da Embaixada (E1/E2) referiram que, durante o período de transição entre o antigo Consulado e a abertura da Embaixada do Nepal em Portugal, muitos migrantes ficaram temporariamente sem apoio institucional direto, recorrendo a intermediários informais para resolver questões relacionadas com documentação e regularização. Segundo os entrevistados, esta situação favoreceu o surgimento de práticas abusivas e casos de fraude dirigidos a migrantes particularmente vulneráveis. Este aspeto revela que, embora as redes comunitárias desempenhem um papel fundamental na integração, podem também emergir riscos quando estas passam a substituir mecanismos institucionais formais.

As dificuldades burocráticas e documentais constituíram, aliás, um dos temas mais enfatizados pelos representantes diplomáticos. E1/E2 destacaram os longos atrasos nos processos de regularização, as dificuldades associadas ao reagrupamento familiar e os constrangimentos enfrentados por migrantes que permanecem durante anos à espera da conclusão dos seus processos administrativos. Segundo os entrevistados, estes atrasos

podem condicionar significativamente a mobilidade, a estabilidade profissional e a vida familiar dos migrantes, dificultando a consolidação dos seus projetos de integração.

> “The most critical aspect to highlight is their extreme vulnerability to labor exploitation and bureaucratic limbo." (E4)

Esta observação sugere que os desafios enfrentados pela comunidade não se limitam ao acesso inicial ao emprego, estendendo-se também aos processos de regularização e ao exercício efetivo de direitos no país de acolhimento. Os representantes da Embaixada (E1/E2) referiram igualmente que atrasos prolongados nos processos documentais podem aumentar a vulnerabilidade dos migrantes perante situações de exploração laboral. Neste sentido, os testemunhos qualitativos sugerem que a inserção no mercado de trabalho pode coexistir com formas de precariedade e dependência que não são diretamente captadas pelos indicadores quantitativos utilizados no questionário.

Foram igualmente referidas dificuldades relacionadas com a ausência de tradução adequada para cidadãos nepaleses em determinados serviços públicos, bem como os obstáculos enfrentados pelos candidatos à migração ainda no Nepal, onde a inexistência de representação diplomática portuguesa obriga muitos cidadãos a deslocarem-se a Nova Deli para tratar de questões consulares.

Estas observações permitem aprofundar os resultados quantitativos relativos ao acesso e satisfação com serviços públicos. Embora os participantes tenham demonstrado avaliações relativamente positivas relativamente a serviços urbanos quotidianos, os dados qualitativos sugerem que os principais obstáculos se concentram nos procedimentos administrativos relacionados com imigração, documentação e regularização. Neste contexto, torna-se particularmente relevante o conceito de *linking,* uma vez que a capacidade dos migrantes para estabelecer relações eficazes com instituições formais influencia diretamente o acesso a direitos, oportunidades e mecanismos de proteção social.

Apesar destes desafios, os entrevistados identificaram sinais de crescente integração da comunidade nepalesa em Portugal. Como referiu E3:

"The community is no longer limited to being a labor force but is gradually becoming an established part of Portuguese society." (E3)

Esta perspetiva sugere que, apesar das dificuldades associadas à habitação, à burocracia e à segmentação ocupacional, os processos de integração observados não se limitam à dimensão económica. Pelo contrário, apontam para uma crescente consolidação da presença nepalesa em Portugal, marcada pelo estabelecimento de famílias e pelo fortalecimento dos laços com a sociedade de acolhimento.

Globalmente, os resultados qualitativos corroboram os padrões identificados na análise quantitativa. Por um lado, confirmam uma integração económica relativamente sólida, sustentada pela forte participação da comunidade nepalesa no mercado de trabalho. Por outro, evidenciam a persistência de desafios estruturais associados à habitação, à burocracia e à regularização documental. Paralelamente, reforçam a centralidade das redes comunitárias enquanto mecanismos de apoio, mediação e acesso a recursos, demonstrando a importância das diferentes formas de capital social nos processos de integração da comunidade nepalesa em Lisboa, sem excluir os riscos que podem emergir quando estas redes substituem mecanismos institucionais formais.

6. CONCLUSÃO

A presente investigação procurou compreender de que forma as estruturas locais de acolhimento influenciam os processos de integração social da comunidade nepalesa no município de Lisboa. Através de uma estratégia de métodos mistos, que articulou dados estatísticos, um inquérito por questionário aplicado a 61 participantes, entrevistas semiestruturadas a representantes institucionais e comunitários e observação informal de campo, foi possível analisar diferentes dimensões da integração desta comunidade, nomeadamente ao nível do emprego, habitação, competências linguísticas, redes sociais e relações institucionais.

Os resultados obtidos permitem concluir que a integração da comunidade nepalesa em Lisboa constitui um processo multidimensional, marcado simultaneamente por importantes fatores de inclusão e por constrangimentos estruturais que condicionam a consolidação dos percursos migratórios. Em resposta à pergunta de investigação, verifica-se que as estruturas locais de acolhimento influenciam os processos de integração não apenas através das instituições formais do Estado, mas também por intermédio das redes comunitárias e dos mecanismos informais de apoio desenvolvidos pela própria comunidade nepalesa. A integração observada resulta, assim, da interação entre recursos individuais, oportunidades económicas, relações sociais e condições institucionais presentes no contexto urbano lisboeta.

Relativamente à primeira hipótese de investigação, os dados obtidos são apenas parcialmente consistentes com a interpretação proposta. Por um lado, verifica-se uma integração económica relativamente consolidada, evidenciada pela elevada participação dos inquiridos no mercado de trabalho e pela sua forte presença em setores como a restauração, hotelaria e serviços. Estes resultados demonstram a capacidade da comunidade nepalesa para aceder a emprego, mesmo em contextos marcados por exigências burocráticas e dificuldades linguísticas iniciais. Por outro lado, esta inserção laboral ocorre frequentemente em segmentos específicos do mercado de trabalho, nomeadamente na restauração, hotelaria, turismo e outros serviços, sendo também marcada por uma forte dependência de redes comunitárias para o acesso ao emprego. Conforme referido pelos entrevistados, esta dependência pode coexistir com situações de

vulnerabilidade associadas à precariedade laboral, à exploração no trabalho e às dificuldades decorrentes de processos prolongados de regularização documental.

Paralelamente, persistem vulnerabilidades habitacionais significativas, expressas através da elevada incidência de arrendamento de quartos, da coabitação entre múltiplos residentes e das dificuldades associadas ao custo da habitação em Lisboa. Neste sentido, os resultados sugerem que a participação económica, embora fundamental, não constitui por si só uma garantia de integração social plena, corroborando a perspetiva multidimensional proposta por Ager e Strang (2008).

Os dados obtidos são, de forma global, consistentes com a segunda hipótese de investigação, embora sugiram que a integração da comunidade nepalesa assenta predominantemente em redes informais de apoio e entreajuda, mais do que na participação em associações formais. As redes comunitárias revelaram-se centrais na experiência migratória dos participantes, desempenhando um papel importante no acesso ao emprego, à habitação, à informação e ao apoio quotidiano. Os dados quantitativos demonstraram níveis elevados de apoio recebido da comunidade nepalesa, enquanto os testemunhos recolhidos nas entrevistas evidenciaram a relevância dos familiares, amigos e líderes comunitários na facilitação da integração inicial dos recém-chegados. Contudo, os resultados revelam também que o papel do associativismo formal se mostrou menos expressivo do que inicialmente previsto. Embora associações e organizações comunitárias desempenhem funções relevantes de mediação, a integração quotidiana parece assentar sobretudo em redes informais de sociabilidade e entreajuda. Paralelamente, apesar da frequência relativamente elevada de contactos com portugueses e outros grupos populacionais, os níveis de apoio efetivamente recebidos da sociedade de acolhimento revelaram-se significativamente inferiores aos observados no interior da própria comunidade, sugerindo que as relações estabelecidas fora do círculo coétnico permanecem relativamente limitadas.

A análise qualitativa permitiu aprofundar estas conclusões ao evidenciar os mecanismos sociais e institucionais que sustentam os padrões observados. Os testemunhos recolhidos junto dos representantes diplomáticos e comunitários destacaram a importância das redes migratórias na facilitação do acesso ao emprego, ao alojamento e à informação, mas também chamaram a atenção para desafios persistentes relacionados

com a regularização documental, os atrasos burocráticos e os processos de reagrupamento familiar. Neste contexto, verificou-se que muitas das funções de mediação entre migrantes e instituições públicas são frequentemente desempenhadas por atores comunitários, frequentemente assentes em redes informais de apoio e entreajuda, que procuram compensar limitações existentes ao nível dos mecanismos formais de acolhimento. Esta realidade sugere que a integração da comunidade nepalesa continua a depender, em larga medida, da capacidade das redes sociais comunitárias para suprir dificuldades encontradas no acesso a determinados serviços e direitos.

Do ponto de vista teórico, os resultados reforçam a utilidade do modelo de integração proposto por Ager e Strang (2008) para a análise de comunidades migrantes recentes em contexto urbano. A investigação demonstrou que a integração não pode ser compreendida apenas através da inserção laboral, exigindo igualmente a consideração das condições habitacionais, das relações sociais e da interação com as instituições da sociedade de acolhimento. Da mesma forma, a abordagem das aspirações e capacidades proposta por De Haas (2021) revelou-se pertinente para compreender as motivações e estratégias associadas aos percursos migratórios observados. Em conjunto, estas perspetivas permitiram interpretar a integração como um processo dinâmico, relacional e fortemente condicionado pelos contextos sociais e institucionais em que ocorre.

Importa, contudo, reconhecer algumas limitações da investigação. A utilização de uma amostragem não probabilística por bola de neve limita a possibilidade de generalização estatística dos resultados para a totalidade da comunidade nepalesa em Portugal. Adicionalmente, a disponibilidade limitada dos participantes, frequentemente condicionada por exigentes horários de trabalho, bem como as restrições temporais inerentes ao período de investigação, influenciaram o número de entrevistas realizadas e a dimensão da amostra obtida. Apesar destas limitações, a triangulação entre diferentes fontes de dados permitiu reforçar a consistência analítica dos resultados apresentados.

Por fim, esta investigação contribui para o aprofundamento do conhecimento sobre uma das comunidades migrantes que mais cresceu em Portugal durante a última década, mas que permanece ainda relativamente pouco estudada pela literatura académica nacional. Os resultados obtidos sugerem que os processos de integração da comunidade nepalesa em Lisboa assentam em redes informais de apoio, que desempenham funções de

mediação frequentemente associadas a mecanismos institucionais formais. Paralelamente, evidenciam que a participação no mercado de trabalho pode coexistir com vulnerabilidades habitacionais e dificuldades associadas aos processos de regularização documental. Neste sentido, os resultados apontam para a importância de reforçar a articulação entre instituições públicas e atores comunitários, bem como de reduzir os obstáculos administrativos que condicionam o acesso efetivo a direitos e recursos.

Estas prioridades alinham-se com os ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), 10 (Redução das Desigualdades) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), evidenciando a relevância da integração migrante para sociedades mais inclusivas e coesas. Neste sentido, compreender a integração da comunidade nepalesa em Lisboa constitui um contributo para o estudo das migrações em Portugal e para a reflexão sobre os desafios da inclusão nas cidades contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência para a Integração, Migrações e Asilo [AIMA]. (2025). *Relatório de Migrações e Asilo 2024*. Direção de Planeamento, Estudos e Estatística. http://www.aima.gov.pt

Ager, A., & Strang, A. (2008). *Understanding integration: A conceptual framework*. Journal of Refugee Studies, 21(2), 166–191. **https://doi.org/10.1093/jrs/fen016**

Berry, J. W. (1997). Immigration, acculturation, and adaptation. *Applied Psychology, 46*(1), 5–34. https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.1997.tb01087.x

Burgess, E. W. (1925). The growth of the city: An introduction to a research project. In R. E. Park, E. W. Burgess, & R. D. McKenzie (Eds.), *The city* (pp. 47–62). University of Chicago Press.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.

Collares, A. C. M. (2013). Uma questão de método: Desafios da pesquisa quantitativa na sociologia. *Ideias*, Edição Especial, Nova Série, 135-154.

Creswell, J. W., & Plano Clark, V. L. (2017). *Designing and Conducting Mixed Methods Research* (3rd ed.). SAGE Publications.

De Haas, H. (2007). *Migration and development: A theoretical perspective* (COMCAD Working Paper No. 29). Center on Migration, Citizenship and Development, University of Bielefeld.

De Haas, H. (2010). Migration and development: A theoretical perspective. *International Migration Review, 44*(1), 227–264. https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x

De Haas, H. (2021). A theory of migration: The aspirations–capabilities framework. *Comparative Migration Studies, 9*(1), 1–35. https://doi.org/10.1186/s40878-020-00210-4

De Haas, H. (2023). *How migration really works: A factful guide to the most divisive issue in politics*. London: Viking.

European Social Survey. (2025). *ESS Round 12 source questionnaire*. ESS ERIC.

Ferreira, P. M. (2017). Migrações, diásporas e desenvolvimento: Desafios para a coerência das políticas. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr.

Gabinete de Estratégia e Estudos [GEE]. (2023, 29 de setembro). *População Estrangeira Residente em Portugal - Nepal*. Ministério da Economia e Mar, República Portuguesa.

Grunow, D., Sachweh, P., Schimank, U., & Traunmüller, R. (2023). Social integration: Conceptual foundations and open questions. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, 75*(Suppl. 1), 1–34. https://doi.org/10.1007/s11577-022-00878-7

König, T. (2024). *Consequences of Choices: The Politics of Management and Reform in the European Union*. Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-3-031-40916-5

Laurentsyeva, N., & Venturini, A. (2017). The Social Integration of Immigrants and the Role of Policy: A Literature Review. *Intereconomics*, 52(5), 285–292. https://doi.org/10.1007/s10272-017-0691-6

Lareau, A. (2021). *Listening to People: A Practical Guide to Interviewing, Participant Observation, Data Analysis, and Writing It All Up*. The University of Chicago Press.

Nyberg-Sørensen, N., Van Hear, N., & Engberg-Pedersen, P. (2002). The migration–development nexus: Evidence and policy options. *International Migration, 40*(5), 49–73. https://doi.org/10.1111/1468-2435.00210

EAPN Portugal & Observatório Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa [OLCPL]. (2024). *Retrato Social de Lisboa: do Censo aos consensos* (Publicação Digital). EAPN Portugal. ISBN 978-989-35489-5-0.

Observatório das Migrações [OM] (2026). População estrangeira residente em Portugal (2024): Implicações para a coesão territorial, políticas públicas e governação das migrações, Observatório das Migrações, Lisboa.

Oliveira, C. R. de (2023). *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2023*. Coleção Imigração em Números, Observatório das Migrações. Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

Oliveira, N., & Padilla, B. (2020). Integrating superdiversity in urban governance: the case of inner-city Lisbon. In J. Phillimore, N. Sigona, & K. Tonkiss (Eds.), *Superdiversity, Policy and Governance in Europe: Multi-scalar Perspectives* (pp. 146–167). Policy Press. https://doi.org/10.1332/policypress/9781447352686.003.0007

Peixoto, J. (2019). Migrações e mercado de trabalho em Portugal. In C. R. Oliveira & J. Peixoto (Eds.), *Migrações: Uma visão de conjunto* (pp. 49–70). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Pordata. (2024, 20 de setembro). *População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades - Nepal (Portugal, Grande Lisboa, Lisboa) [Série anual]*. Fundação Francisco Manuel dos Santos / Instituto Nacional de Estatística / Agência para a Integração, Migrações e Asilo . https://www.pordata.pt

Pordata. (2025, 18 de dezembro). *Condições de vida, emprego e fluxos migratórios: Pordata faz retrato da população imigrante em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. https://www.pordata.pt

Rotaeche, C. G. (2019). Migração, desenvolvimento e direitos humanos. In C. R. Oliveira & J. Peixoto (Eds.), *Migrações: Uma visão de conjunto* (pp. 27–48). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Santos, J. R., & Henriques, S. (2021). *Inquérito por Questionário: Contributos de Conceção e Utilização em Contextos Educativos*. Universidade Aberta.

Sayrs, L. (1998). InterViews: An Introduction to Qualitative Research Interviewing, by Steinar Kvale (Book Review). *American Journal of Evaluation*, 19(2), 267-270.

Scholten, P. (2016). Between national models and multi-level decoupling: The pursuit of multi-level governance in Dutch and UK policies towards migrant incorporation. *International Journal of Migration and Integration, 17*(4), 973–994. https://doi.org/10.1007/s12134-015-0438-9

Segurança Social. (2025). *Pessoas de Nacionalidade Estrangeira - Contribuições Pagas, por Ano e Distrito de Residência - Residentes em Portugal* [Painel interativo de

dados]. Instituto de Informática, I. P. https://www.seg-social.pt/ptss/pssd/estatisticas/estatisticas-estrangeiros?type=annual

Sharma, D. (2020). *The Illustrated Guide to Social Science Research*. Routledge.

Von Thünen, J. H. (1966). *Von Thünen's isolated state* (C. M. Wartenberg, Trans.; P. Hall, Ed.). Pergamon Press. (Original work published 1826).

Zhang, Y., You, C., Pundir, P., & Meijering, L. (2023). *Migrants' community participation and social integration in urban areas: A scoping review*. Cities, 141, 104447. https://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104447

Anexo 1: Quadro Analítico das "Aspirações e Capacidades"

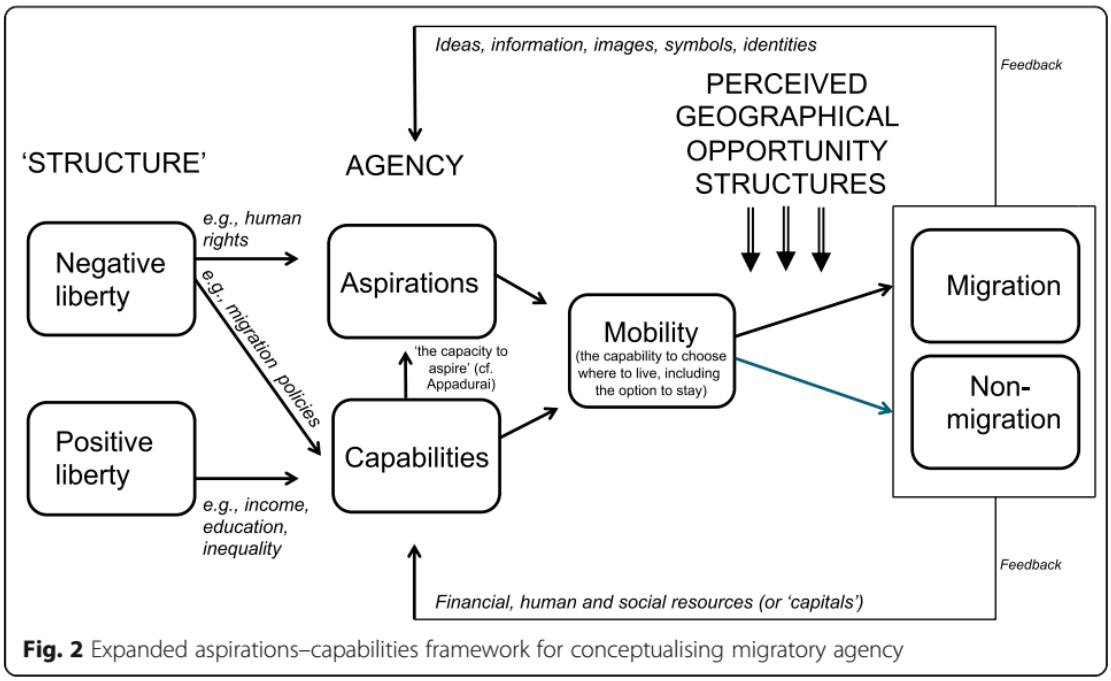
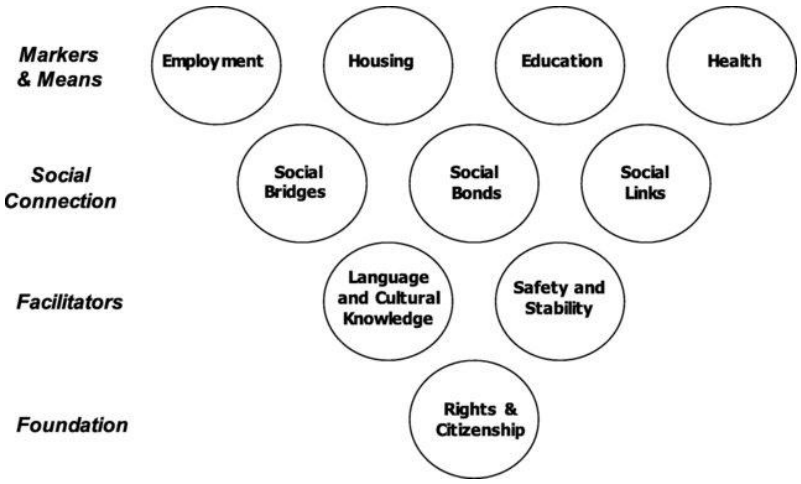


Fig. 2 Expanded aspirations–capabilities framework for conceptualising migratory agency

Fonte: De Haas (2021, p. 25).

Anexo 2: Enquadramento Conceptual de Ager e Strang (2008)



Fonte: Ager and Strang (2008, p. 170)

Anexo 3: Guião para as entrevistas presenciais e escritas

1. How would you describe the demographic and social evolution of the Nepali community in Portugal over recent years?

2. In your perspective, what are the main attraction factors driving Nepali citizens to choose Portugal as a preferred migratory destination within Europe?

3. What do you consider to be the primary challenges faced by Nepali citizens during their settlement and stabilization process in Portugal?

4. How would you characterize the insertion of the Nepali community into the Portuguese labor market?

5. Housing accessibility and real estate pressure have severely affected populations in major cities. Do you consider that access to dignified housing is also a critical barrier for the Nepali community in Lisbon?

6. What role do formal associations and informal Nepali networks play in welcoming and supporting newly arrived migrants?

7. How do you characterize the relationship between the Nepali community and Portuguese public institutions and administrative services? Are you aware of any Portuguese association to whom migrants resort?

8. In your opinion, does the Nepali community tend to rely predominantly on its own

intra-community social networks, or do you observe a growing articulation and integration with Portuguese civil society?

9. Which policy measures or cooperation strategies do you consider a priority (both from the Portuguese government and the Nepali authorities) to improve the integration of this population?

10. Is there any specific aspect or dimension regarding the experience of the Nepali community in Portugal that you consider fundamental to highlight and that has not been directly addressed in my questions?

Anexo 4: Questionário Online

Section	ID	Question	Response scale
Information and Consent	–	Participation consent	Yes / No
Basic Information	Q1	Were you born in Nepal?	Yes / No
	Q2	Do you currently live in the city of Lisbon?	Yes / No
	Q3	What is your gender?	Multiple choice
	Q4	What year were you born?	Open response
	Q5	What is your current legal marital status?	Multiple choice
	Q6	What year did you first come to Lisbon?	Open response
	Q7	What is your current legal status?	Multiple choice
Language Skills	Q8	What is your Portuguese language level?	Multiple choice (A1–C2)
	Q9	Have you ever attended Portuguese language classes?	Yes / No
	Q10	How confident do you feel using Portuguese in daily situations?	Likert scale (1 = Not very confident; 5 = Very confident)
Employment & Education	Q11	What is your current employment status?	Multiple choice
	Q12	What type of work do you do?	Open response
	Q13	In your main job, do you work with or for other Nepali people?	Yes / No
	Q14	Which of the following best describes your work situation?	Multiple response: Employer/Supervisor is Nepali; Most co-workers are Nepali; Most clients are Nepali; Self-employed with Nepali clients/partners; Other
	Q15	To what extent does your job match your qualifications?	Likert scale (1 = Not well; 5 = Very well)

Section	ID	Question	Response scale
	Q16	What is the highest level of education you have successfully completed?	Multiple choice
Housing & Location	Q17	In which area of Lisbon do you live?	Multiple choice
	Q18	In which of these ways do you occupy your current accommodation?	Multiple choice
	Q19	Including yourself, how many people live in your household?	Open response
	Q20	Who currently lives with you in your household?	Multiple response
	Q21	Do you currently live with other Nepali people?	Yes / No
	Q22	Which of the following housing problems apply to your accommodation?	Multiple response: Damp or mould; Overcrowding; Extremely cold/hot; Lack of indoor flushing toilet; Neither bath nor shower; Noise problems; Insects or pests; None of the above
	Q23	How satisfied are you with your housing conditions?	Likert scale (1 = Very dissatisfied; 5 = Very satisfied)
	Q24	How difficult is it for you to afford housing costs?	Likert scale (1 = Very difficult; 5 = Very easy)
Social Connections	Q25	To what extent do you feel that people in your local area help one another?	Likert scale (1 = Never; 5 = Very often)
	Q26	How close and connected do you feel to the people in your local area?	Likert scale (1 = Not at all connected; 5 = Extremely connected)
	Q27	How often do you interact with other Nepali people in Lisbon?	Frequency scale (Daily; Weekly; Monthly; Rarely; Never)
	Q28	How often do you receive support from the Nepali community in Lisbon (e.g., finding housing or work)?	Likert scale (1 = Never; 5 = Very often)
	Q29	How often do you interact with Portuguese people or people from other communities?	Frequency scale (Daily; Weekly; Monthly; Rarely; Never)

Section	ID	Question	Response scale
	Q30	How often do you receive support from the Portuguese community in Lisbon (e.g., finding housing or work)?	Likert scale (1 = Never; 5 = Very often)
	Q31	How easy or difficult is it to access the following public services in Lisbon: Health services; Immigration & Social Security (AIMA and Segurança Social); Public transport; Banking and financial services; Education services	Matrix (Very difficult; Difficult; Neither easy nor difficult; Easy; Very easy; Don't know)
	Q32	How satisfied are you with the following public services in Lisbon: Health services; Immigration & Social Security (AIMA and Segurança Social); Public transport; Banking and financial services; Education services	Matrix (1 = Extremely dissatisfied to 5 = Extremely satisfied; Don't know)
Participation & Integration	Q33	How often do you participate in community events (e.g., cultural events, gatherings, religious events)?	Frequency scale (Very often; Often; Sometimes; Rarely; Never)
	Q34	Are you currently a member of any association or organised group in Portugal?	Yes / No
	Q35	If yes, in what type of organisation or group are you involved?	Multiple response: Migrant/Ethnic association; Religious or spiritual group; Sports or recreational club; Cultural, hobby or leisure association; Social support/Humanitarian organisation; Other
	Q36	To what extent do you agree or disagree with the following statement: *"I feel part of Portuguese society."*	Likert scale (1 = Strongly disagree; 5 = Strongly agree)
	Q37	What are the main difficulties you face in Portugal?	Open response
	Q38	Is there anything you would like to share about your experience?	Open response (optional)

Nota. Este questionário foi formulado online recorrendo à utilização do Google Forms e disponibilizado em inglês e nepali.

Anexo 5: Dimensão Social Connections (Linking): Avaliação da Facilidade de Acesso e da Satisfação com os Serviços Públicos

Dimensão	Serviço	Mín.	Máx.	Média	Mediana	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)
Facilidade de acesso	Serviços de saúde (Centro de Saúde)	1	5	**1,93**	2	31,1	52,5	9,8	4,9	1,6
	Serviços de imigração (AIMA)	1	4	**1,39**	1	73,8	18	3,3	4,9	0
	Transportes públicos	1	5	**4,16**	4	3,3	1,6	14,8	36,1	44,3
	Serviços bancários	1	5	**2,9**	3	3,3	29,5	42,6	23	1,6
	Serviços de educação*	1	5	**3,67**	4	8,7	10,9	21,7	21,7	37
Satisfação	Serviços de saúde (Centro de Saúde)	1	5	**2**	2	25,8	51,6	21	0	1,6
	Serviços de imigração (AIMA)	1	3	**1,29**	1	79	12,9	8,1	0	0
	Transportes públicos	1	5	**3,95**	4	1,6	4,8	14,5	54,8	24,2
	Serviços bancários	1	5	**3,1**	3	4,8	8,1	61,3	24,2	1,6
	Serviços de educação**	1	5	**3,76**	4	8,2	12,2	16,3	22,4	40,8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do questionário.

Nota. As estatísticas foram calculadas apenas com as respostas válidas. As respostas "Don't know" foram excluídas da análise. O número de respostas válidas varia entre serviços. *Facilidade de acesso aos serviços de educação: n = 46. **Satisfação com os serviços de educação: n = 49.

Anexo 6: Quadro-Resumo dos Principais Indicadores de Integração Social

Domínio	Indicador	Mín.	Máx.	Média	Mediana	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)
Language & Cultural Knowledge	Confiança na utilização da língua portuguesa em situações do quotidiano	1	5	**2,61**	3	12,9	30,6	41,9	11,3	3,2
Employment (Work)	Adequação entre o emprego desempenhado e qualificações	1	5	**3,76**	4	4,8	4,8	25,8	38,7	25,8
Housing	Satisfação com as condições de habitação	1	5	**3,53**	4	1,6	16,1	25,8	40,3	16,1
Housing	Capacidade para suportar os custos da habitação	1	5	**2,69**	3	11,3	30,6	38,7	16,1	3,2
Social Connections (Bonding)	Apoio recebido da comunidade nepalesa	1	5	**4,00**	4	3,2	6,5	3,2	61,3	25,8
Social Connections (Bonding)	Frequência de participação em eventos comunitários	1	5	**2,92**	3	4,9	26,2	44,3	21,3	3,3
Social Connections (Bridging)	Apoio recebido da sociedade de acolhimento	1	5	**2,19**	2	25,8	43,5	19,4	8,1	3,2
Social Connections (Bridging)	As pessoas da minha área de residência ajudam-se mutuamente	1	5	**3,02**	3	6,5	19,4	43,5	27,4	3,2
Social Connections (Bridging)	Sinto-me próximo(a) das pessoas da minha área de residência	1	5	**2,84**	3	3,2	32,3	43,5	19,4	1,6
Rights & Citizenship	Sentimento de pertença à sociedade portuguesa	1	5	**2,83**	3	4,9	26,2	49,2	18,0	1,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do questionário.

Nota. Todos os indicadores foram medidos através de escalas de resposta de 1 (valor mínimo) a 5 (valor máximo). No indicador *Frequência de participação em eventos comunitários*, as categorias de resposta textuais (*Never*, *Rarely*, *Sometimes*, *Often* e *Very often*) foram recodificadas para uma escala ordinal de 1 a 5 para efeitos de análise estatística descritiva. Os resultados relativos à relação com instituições formais, operacionalizada através da avaliação da facilidade de acesso e da satisfação com serviços públicos (dimensão *Social Connections – Linking*), são apresentados no Anexo 5.